

# Uma experiência de prevenção primária em meio escolar na Região Sul

ANA PAULA MARQUES  
MANUEL VIANA \*

## 1. INTRODUÇÃO

Em Junho de 1977 foi assinado um programa de auxílio das Nações Unidas ao Governo Português, cujo objectivo principal visava o fortalecimento das medidas de controlo do abuso da droga. Dentro das alíneas acordadas apontava-se uma, intitulada *Educação e Prevenção*, que seria coordenada pela UNESCO, através da assistência posterior de um consultor a indicar, que efectuaria algumas visitas a Portugal no sentido de lançar e supervisionar, no início, uma futura experiência piloto a desenvolver.

Durante parte do ano de 1978, os técnicos da Prevenção Primária das três Direcções Regionais do CEPD<sup>1</sup> elaboraram um anteprojecto de protocolo a ser estabelecido com o Ministério da Educação, por ter sido a área da Educação a escolhida para o lançamento do que se viria a denominar Plano de Prevenção Primária de Toxicodependências no Meio Escolar (Ensinos Preparatório e Secundário). Esse protocolo, para além dos aspectos de carácter funcional, continha nas suas alíneas os objectivos e metodologia genéricos da experiência piloto que se pretendia iniciar.

Só em Abril de 1979 se conseguiu a assinatura e entrada em vigência do 1.º

protocolo GCCD/ME<sup>2</sup>, que previa, para Setembro do mesmo ano, o início das acções nas escolas seleccionadas para a experiência.

Na fase final da elaboração do Protocolo, já com o auxílio do consultor da UNESCO indicado, Prof. Louis Kilcher, foi nomeado um Coordenador Nacional do Plano, na pessoa do Dr. Carlos Amaral Dias, dado que se havia decidido anteriormente que a experiência seria alargada a nível nacional.

## 2. A ESCOLA — ÁREA DE INTERVENÇÃO PRIVILEGIADA

### 2.1. A DROGA NAS ESCOLAS

Antes de mais será talvez conveniente dar uma visão, ainda que genérica e algo empírica, de qual era a situação e «imagens» da *droga* nas escolas — dizemos genérica e empírica, na medida em que até então não existiam quaisquer dados objectivos que permitissem o levantamento da situação de fenómenos, directa

\* Psicólogos no CEPD/DRS

<sup>1</sup> Centro de Estudos da Profilaxia da Droga.

<sup>2</sup> Gabinete Coordenador de Combate à Droga/Ministério da Educação.

ou indirectamente ligados ao consumo da droga, nos diferentes estabelecimentos de ensino que abordámos durante um ano e meio de intervenções nas escolas.

Na esmagadora maioria dos casos, os pedidos de intervenção que chegavam à EPP<sup>3</sup> da DRS<sup>4</sup> por parte das escolas, através quer de professores quer dos Conselhos Directivos, assentavam ou em situações consideradas de alarme, o que costumam chamar de *surto súbito de droga*, ou no efeito do lançamento de boatos que assumiam proporções perfeitamente irrealistas, por exemplo «há centenas de alunos que se estão a drogar».

Após a tentativa de se fazer a avaliação dos pedidos de intervenção, um levantamento tanto quanto possível objectivo da situação, era-nos solicitada uma solução adequada como resposta imediata, a fim do problema ser anulado. A resposta dada é, e será sempre, frustrante: não há «receitas» para o imediato, mas a médio prazo é possível tentar minorar os efeitos das diferentes ocorrências que vão tendo lugar, ligados a um consumo real ou não de determinadas substâncias, lícitas ou ilícitas.

As opções e/ou decisões dos responsáveis escolares oscilam na maior parte das vezes entre dois tipos de actuação: ou aceitam a sugestão duma intervenção a médio prazo em que podem ficar abrangidos professores e alunos, ou recorrem aos organismos de carácter repressivo, desresponsabilizando-se assim dos processos e resultados que venham a ocorrer.

## 2.2. A ESCOLA — QUE INSTITUIÇÃO?

De não esquecer ainda o que implica intervir numa escola:

- a) A escola não é um sistema social independente; ela ainda é um veí-

dominantes e, no nosso país, também ainda com influências regionais de transmissão dos valores e consequentemente subculturais;

- b) A realizar-se, e se se cumprissem na íntegra os «desejos» emanados dos Serviços Centrais do Ministério, a forte organização burocrática tornar-se-ia numa defesa para assegurar o manter de determinados valores; a burocracia acaba, em última instância por servir de defesa face às forças externas, sobretudo se inovadoras e implicando mudanças, sem serem necessariamente de fundo ou subversivas.

Alguns excessos de comportamentos burocráticos têm evitado à escola uma resposta às necessidades de mudança, sejam elas solicitadas do exterior ou mesmo do seu interior. Este último caso constituiria já uma patologia da burocracia reactiva à inovação.

### 2.2.1. A estrutura informal na escola

Ela é representada pelas relações interpessoais na escola que afectam quer a capacidade de resposta quer a sua eficácia. Nela estão incluídas as relações pessoais entre os professores, que dão origem à existência de grupos. Os grupos informais são muitas vezes a fonte de controlo social. Eles são capazes de exercer um poder ou acabar com as expectativas que podem ou não coincidir com a organização formal da escola.

È aqui que muitas vezes nascem conflitos: entre o(s) indivíduo(s) e as exigências da organização. Não somos, de forma nenhuma, a favor ou incentivadores do conflito, mas a não existência de protesto dos professores face aos padrões organizacionais, faz com que a instituição perca uma das suas mais fortes

<sup>3</sup> Equipa Psicopedagógica.

<sup>4</sup> Direcção Regional do Sul.



salvaguardas: a autocorreção. Sem uma organização informal os professores correm o risco de se tornarem indiferentes à qualidade daquilo que ensinam; há uma responsabilidade a dar-lhes: se tratados como meros transmissores ou autómatos, comportar-se-ão como tal e, assim sendo, não se lhes exija nada.

Os grupos existentes podem ser ou cooperativos ou competitivos. É evidente que a eficácia é maximizada se os objetivos e os alvos do grupo forem confluentes. No entanto, a competição, se construtiva, também pode ser um factor de progresso e inovação.

Há, pois, que atender, lidar e responder a estes dois tipos de grupos, existentes em qualquer instituição. O problema maior reside nos chamados *apáticos* ou passivos e de como motivá-los para uma acção, por mais simples que seja.

#### 2.2.2. *Quem são os professores e porque o são*

Creemos situar-se aqui o nó da questão: quem faz o quê e porquê. O professor desejável, isto é, aquele que o é por motivação específica e própria, aparentemente aparece como uma minoria.

Alguns são-no por falta de alternativa, outros por exclusão de partes. Tem-nos parecido que grande parte das acções encetadas não são muitas vezes «agarradas» por a disponibilidade externa e interna dos docentes estar um pouco desgastada. Não tem só a ver com a motivação individual, tem também a ver com aquilo que lhes é oferecido.

Uma constante: quem pretende ser um verdadeiro educador (professor) ultrapassa quase sempre os limites que lhe estão programados e destinados. Porquê? A resposta a quem de direito.

Gostaríamos de salientar que as diferenças individuais entre os professores são por nós consideradas como factores posi-

tivamente intervenientes numa acção deste tipo: na confrontação de pontos de vista e de atitudes está um modo de poder inovar de forma criativa. Só nos resta criar espaços para que a criatividade tenha lugar.

Creemos ser essa a função dos chamados estudos piloto: proporcionar algo de novo, avaliá-lo e uma vez obtidos resultados positivos, tentar alargar a sua intervenção.

Mesmo para os professores *desmotivados* existe uma acção a levar a cabo junto deles: motivá-los.

### 3. ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-PRÁTICOS QUE LEVARAM AO ESTABELECIMENTO DOS OBJECTIVOS E SUA METODOLOGIA

Após um ano de atendimento de pedidos, mencionados em 2.1., tão genéricos quanto complexos, por parte dos técnicos de Prevenção Primária, e após experimentação de métodos de intervenção que provaram e/ou demonstraram ser eficazes ou, pelo contrário, inadequados, chegou-se a alguns pressupostos que ressaltaram de quase todas as acções empreendidas a nível nacional:

- Impossibilidade de abranger a totalidade dos intervenientes no meio escolar, utilizando a capacidade de resposta dos técnicos do CEPD (fraca ou quase nula face ao elevado número de professores e alunos por escola);
- Maior utilidade em serem os próprios professores a abordarem quer os colegas quer os alunos;
- Impossibilidade de controlo de qualquer acção com base no trabalho voluntário de professores, que por força das circunstâncias, o

deixam de prestar por altura do 3.º período;

— Dificuldades de reunir, para sessões de informação ou formação, grupos de professores com idêntico grau de motivação, não sendo esta previamente trabalhada e analisada;

— Necessidade de definir e experimentar intervenções de dois tipos: *a pedido* e *provocadas*, junto das diferentes estruturas escolares.

Colocavam-se pois, de forma genérica, quatro problemas:

1 — Selecção por prioridades das estruturas escolares a abranger.

2 — Formação prioritária dos professores a fim de serem eles os condutores das acções no seu próprio meio.

3 — Triagem dos elementos a utilizar como actantes dentro da própria escola (o futuro *mediador*), e aqui também, a necessidade deste futuro interveniente ter um duplo papel (reconhecido e legalizado):

— O de *esclarecedor* (tipo informativo): encaminhamento de pedidos da parte do corpo docente e discente para as estruturas existentes dentro e fora da escola; e também junto dos pais, mas aqui apenas como elemento de ligação e nunca como interveniente directo.

— O *educativo* (tipo formativo) que se traduziria em dar resposta ou provocar acções de tipo mais ou menos contínuo, com vista à abordagem de fenómenos directa ou indirectamente conotados com as toxico-filias e/ou outros comportamentos ditos desviantes.

4 — Garantia de sequência de acções por um período mínimo considerado suficiente para se poderem extrair conclusões sobre a validade/inutilidade de determinado método de intervenção.

As escolas foram escolhidas com base nos critérios expressos no já citado acordo GCCD e ME:

a) grau de iniciativa revelado pela escola;

b) grau de sensibilização prévia a uma abordagem activa dos problemas da toxicomania;

c) frequência de casos de adolescentes em situação de risco;

d) escolas situadas em zonas de presumível contaminação.

Infelizmente, tais critérios tiveram de se submeter à realidade nacional que neste aspecto repete *ipsis verbis* a conjuntura do país: assim, a distância das escolas em relação ao Porto, Lisboa e Coimbra, bem como o grau de receptividade dentro de cada escola interferiram indirectamente na selecção final.

Queremos desde já ressaltar que a nossa adesão ao plano proveio de ele vir ao encontro de uma prática prévia, que poderia agora ser experienciada. Cremos ser esta a altura própria de introduzir alguns princípios que têm orientado a nossa filosofia de intervenção e para tal, num país onde mais se ouve o *estrangeiro* do que o *nacional*, aproveitamos para parafrasear e aconselhar a leitura do dr. Jean Bergeret<sup>5</sup> onde estão sintetizados de forma clara, o que desde há três anos temos vindo a tentar pôr de pé e em prática, ainda que de forma não tão organizada:

— «A objectividade no domínio da informação suporia um material neutro des-

<sup>5</sup> J. Bergeret, *Relatório da Comissão Interministerial dos Estupefacientes* (27-3-80).



ligado das aderências subjectivas da sua produção; e implicaria ainda uma 'mentalidade das atitudes', o que parece bem difícil.

— «Toda a teoria da comunicação supõe o tomar em conta os *motivos de emissão* e da *convicção* que se encontra ligada a ele bem como o *estado* afectivo do receptor. Podemos considerar três níveis de comunicação:

- a) O *discurso solene*, onde as palavras se tornam rapidamente vazias de conteúdo;
- b) A *informação sobre*, que implica sobretudo o emissor, tornando a mensagem mais consistente do que em a);
- c) A *pedagogia*, de cujos efeitos persuasivos aumentam com a diferenciação e intensificação das mensagens.

— «Tornar-se-ão sempre mal recebidas e ineficazes todas as receitas sem que haja previamente uma reflexão comum sobre as diversas escolhas de vida; trata-se de partir de argumentos capazes de provocar o «pôr em questão», *mas sem impor* uma escolha, qualquer que ela seja, à originalidade de cada um; podemos no entanto dar parte da nossa certeza de que algumas escolhas acarretam riscos graves que não se devem deixar subentendidos ou mesmo escondidos.

— «Na informação aos jovens é inútil pôr questões que não sejam solicitadas; no entanto, não se deve recusar resposta àqueles que põem os problemas e que dão a entender certas preocupações.

— «Na informação/formação há que não *valorizar exclusivamente* os factores psicológicos, sociológicos, económicos ou políticos... bem como não privilegiar apenas a substância.

— «Qualquer toxicomania individual ou colectiva, só pode ser concebida e explicada na *informação* como um encontro não fortuito entre um indivíduo que se encontra em determinada disposição afectiva; uma substância possuindo certas propriedades farmacológicas; e um meio representando simultaneamente elementos de carência e de provocação face ao indivíduo ou grupo de indivíduos.

— «É pois necessária uma sensibilização aos problemas de fundo e simultaneamente uma desdramatização dos problemas de superfície e sobretudo uma desmistificação dos falsos problemas e dos dados erróneos ou simplistas.

— «Muitos problemas actuais da juventude, entre os quais a droga, põem-se a nível da civilização e já não da(s) sociedade(s).»

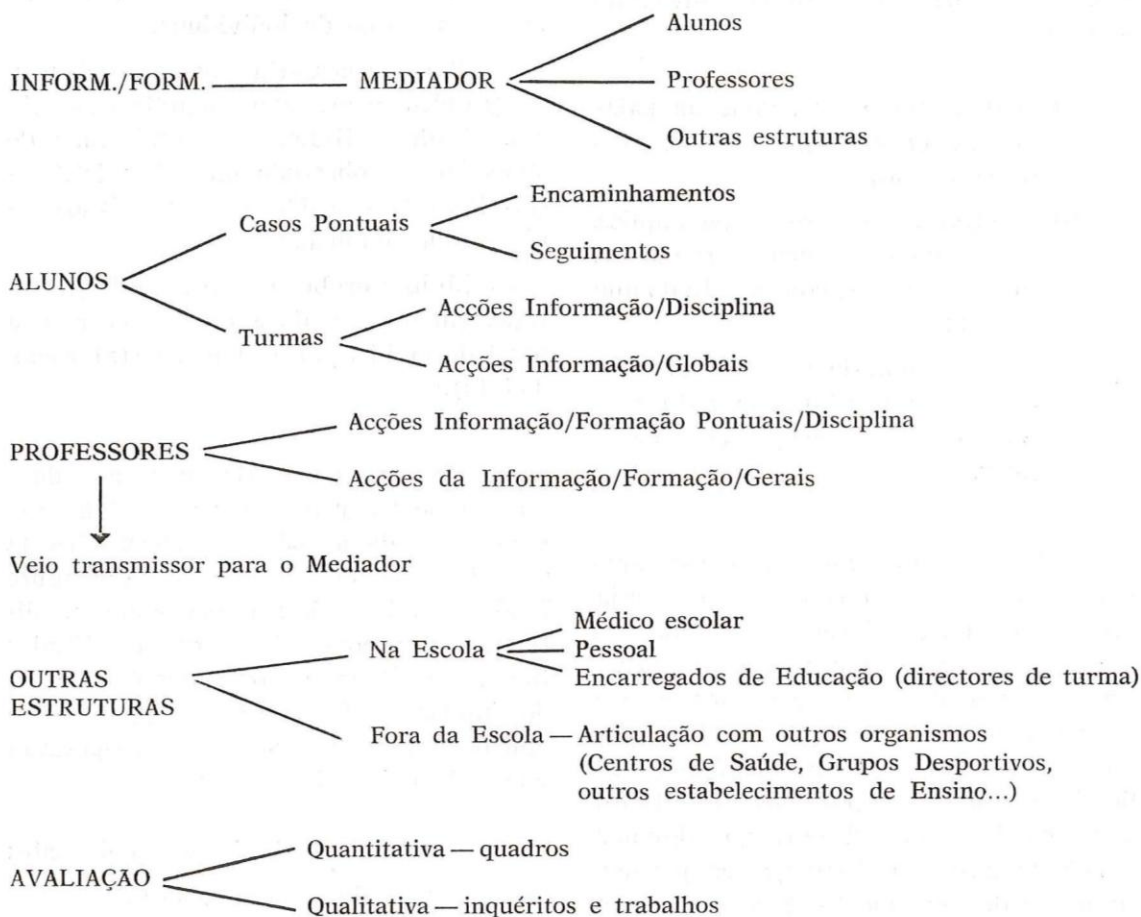
Os objectivos da Experiência Piloto tentam pois dar uma resposta elaborada e programada a toda a problemática já exposta e podem sintetizar-se na seguinte hipótese de trabalho: provocar uma modificação dos comportamentos e atitudes face ao fenómeno da toxicomania por via de informação/formação de professores «mediadores» que por sua vez operarão por ordem de prioridades:

- Junto do restante corpo docente;
- Junto do corpo discente;
- Junto de outras estruturas escolares:
  - empregados,
  - médico escolar (se o houver),
  - outros (pais, por exemplo).

Esta hipótese parte do princípio básico de que poderá ser por um esclarecimento adequado e educativo que, nas escolas, os próprios utentes poderão abordar a pro-

blemática da adolescência em geral, e dos comportamentos desviantes inerentes em especial, inserindo-se as diferentes toxicofilias nestes últimos.

De forma discriminada e específica, a Experiência Piloto tem-se regido pelo seguinte esquema:



3. Deve ser *verificável*. É o critério mais importante e com mais consequências.

3.1. Ter *carácter operacional*: a hipótese é uma conceptualização que, enquanto tal, tem uma experiência estuda situações e

Esta hipótese de trabalho tentou obedecer às características necessárias e suficientes que deve ter uma hipótese correcta do ponto de vista científico, isto é:

1. Deve ser uma *resposta adequada* à questão proposta.
2. Deve ter em consideração conhecimentos adquiridos e ser, sob este ponto de vista, *verosímil*.

respostas particulares. É a re-aplicação geral. No entanto, a petição das experiências e a variedade das situações que fornecem a possibilidade de verificar, pouco a pouco, a generalidade de uma lei; uma hipótese nunca é totalmente verificada, mas a aproximação torna-se cada vez maior.



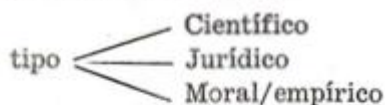
4. A verificação, neste caso concreto, será *indirecta* por a hipótese ser complexa e pressupor a existência de variáveis intermediárias que não podem ser verificadas directamente (Fraisie, P. 1963).

Aliás, para evitar sentimentos megalómanos e deturpantes não poderemos esquecer que a verificação é quase sempre parcial: é com base no nivelamento das hipóteses e nas tentativas de síntese que, do ponto de vista científico, se vão obtendo resultados marcantes.

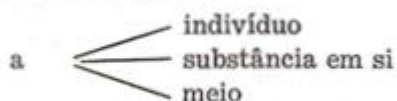
Assim, e como primeiro instrumento de avaliação, elaborámos um pequeno questionário com 9 questões — com respostas abertas e fechadas — já ministrado no início dos cursos aos mediadores, para posterior retestagem no fim da formação o qual pretende verificar se determinado grupo, após sessões de informação/formação assimilou e acomodou o tipo de mensagens e conhecimentos que lhe foram transmitidos. Constitui uma *avaliação qualitativa*. Da sua forma inicial com 28 questões, pré-testada numa amostra de 70 professores, foram extraídas as mais significativas, depois de tratados quantitativamente os resultados obtidos.

As 9 questões que constituem a fase ultimada do questionário estão emparelhadas da seguinte forma:

- A. Conteúdo mais dirigido ou conotado com o discurso de



- B. Conteúdo que se reporta mais a variáveis ligadas



Como segundo instrumento de avaliação existe um questionário passado a alunos de 6 turmas experimentais e 6 turmas

testemunha<sup>6</sup>. De alguns dos resultados confira-se a análise específica na segunda parte deste artigo.

Utilizaram-se ainda dois inquéritos à imagem do professor no aluno e do aluno no professor, já experienciados no CEPD/DRC<sup>7</sup>.

Têm-se tentado utilizar e aplicar instrumentos de avaliação devidamente validados e aferidos. A grande dificuldade reside na população enormíssima que se abrange; nas suas diferenças regionais e, portanto, subculturais; e no grande número de variáveis que forçosamente intervem e que nos escaparão.

É consenso internacional a impossibilidade de dimensionar a extensão real da toxicomania (quantos se drogam, como e com quê).

As equipas de Prevenção Primária do CEPD apareceram como tentativa de sensibilizar e informar/formar, a fim de se evitarem os fenómenos cada vez mais correntes de empolamento, especulação, dramatização, sensacionalismo e notória deturpação, canalizadas a nível pessoal, grupal e dos *mass media*.

É nesta linha geral que o Plano de Prevenção nas Escolas encontra o seu lugar.

#### 4. PRÉ-SELECÇÃO E SELECÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO A SEREM INTEGRADOS

##### 4.1. NO 1.º ANO DE EXPERIÊNCIA

Em Maio de 1979, foi decidido a nível da Coordenação Nacional do Plano a integração de 9 estabelecimentos de ensino

<sup>6</sup> O objectivo é testar uma abordagem formativa sobre a problemática da droga, junto dos jovens. Pretendia-se fazer um trabalho mais sistemático que proporcionasse uma análise mais precisa da motivação e da imagem da droga nos jovens e também nos professores (implicando estes directamente na experiência).

<sup>7</sup> DRC — Direcção Regional Centro.

na zona sul a serem seleccionados, dos distritos de Santarém, Lisboa e Setúbal.

Foram pré-seleccionadas 17 escolas para uma selecção definitiva de nove.

Os objectivos eram, *numa primeira etapa*, contactar as escolas a fim de ser esclarecido:

- O que era o PPPTME<sup>8</sup>;
- Em que fase se encontrava;
- Quem participava e como;
- Estruturas responsáveis e respectivo acordo (GCCD/ME).

O envio duma circular permitiu a marcação de reuniões com o Conselho Directivo e os professores eventualmente interessados em participarem como candidatos a mediadores.

*Numa segunda etapa*: visitar as escolas e pré-seleccioná-las para uma futura integração.

• Na reunião com o Conselho Directivo pretendia-se analisar mais especificamente os objectivos desta Experiência, qual a responsabilidade da Escola e qual o perfil exigido ao futuro candidato a mediador.

• Na reunião com elementos do corpo docente eram analisados os mesmos itens e esclarecidas mais detalhadamente as funções e áreas de intervenção do mediador.

Nestas reuniões foram recolhidos pelos técnicos do CEPD dados considerados necessários para uma análise da situação na escola; do grau de motivação das estruturas escolares a envolver e do grau de permeabilidade dessas mesmas estruturas para desenvolverem e dinamizarem as acções do Plano.

*Numa terceira etapa*, e após ponderação dos dados obtidos, foram as escolas

informadas de quais as que tinham sido definitivamente seleccionadas e solicitado que fosse enviado o nome do candidato a mediador.

#### 4.2. NO 2.º ANO DE EXPERIÊNCIA

Para o ano de 1980/81 foi decidida a intervenção de 5 novas escolas na região sul.

Após consulta feita às Sras. Delegadas do ME nesta Experiência das quais as escolas do Básico com ensino unificado, que estavam inseridas nas zonas consideradas de risco (Distrito de Faro, Portalegre e Setúbal) foram enviadas circulares a 15 escolas das quais 5 seriam a integrar.

Para esta segunda série de escolas tiveram-se em conta, na zona Sul, dois princípios básicos:

1. Selecção de escolas situadas, tanto quanto possível, em zonas afastadas de Lisboa — dado que no 1.º ano se teve de optar pelas situadas perto da zona urbana, por questões orçamentais.
2. Preferência pelas escolas de ensino básico e que tivessem cursos do unificado, por três razões:
  - 2.1. Na 1.ª série de escolas, de 9 seleccionadas só uma era do básico, sendo todas as outras do secundário;
  - 2.2. Cada vez mais somos de parecer que acções de prevenção primária devem ser encetadas junto das estruturas que abrangem jovens com idades situadas entre os 10 e os 14 anos.
  - 2.3. As escolas do Básico com o Unificado, abrangeriam potencialmente uma faixa etária mais extensa.

<sup>8</sup> PPPTME — Plano de Prevenção Primária de Toxicodependências no meio Escolar.



De salientar, ainda dentro das considerações desta alínea, que as Escolas do Ensino Preparatório não só parecem ter condições mais favoráveis à execução de acções que se situem *fora* do *curriculum* escolar (talvez por existirem uma maior abertura e grau de participação do corpo docente e um maior interesse e facilidades das estruturas hierárquicas superiores), como também nos parece que prevenção primária, seja ela de toxicodependências ou qualquer outro fenómeno, deveria ser experienciada e iniciada em estruturas que abrangem jovens em idades ainda relativamente baixas e não prioritariamente nas escolas secundárias onde se deveriam levar a cabo acções que aprofundassem mais e melhor o que se iniciasse a nível do Preparatório.

## 5. FORMAÇÃO DOS CANDIDATOS A MEDIADORES

Por motivos alheios à nossa vontade, esta fase, programada para Setembro, nunca se conseguiu que fosse iniciada antes da segunda quinzena de Outubro.

Os três seminários de formação realizados no CEPD, em Lisboa, 1979, 1980 e 1981, com a duração aproximada de 4 meses, e em ritmo semanal, contaram com os seguintes números de participantes:

1979 — 14 professores de 9 escolas.

1980 — 7 novos professores das escolas já integradas no ano lectivo anterior no Plano (8 do Secundário e 1 do Básico); 5 professores das 5 novas escolas integradas em 1980/1981 (todas do Básico); 2 professores de 2 escolas Preparatórias não incluídas no Plano, mas que solicitaram a presença e participação nas sessões de formação.

1981 — 5 professores: 1 do Secundário e 4 do Básico (da 2.ª escola de escolas).

Do programa dos seminários de Formação dos mediadores damos alguns títulos dos itens tratados:

1. Objectivo e métodos da Experiência Piloto; análise e discussão do programa de formação.
2. Problemática da Droga: causas e motivações deste tipo de comportamento «desviante» nos jovens.
3. Noções básicas da Psicologia genético-evolutiva: desenvolvimento biopsicossocial da criança.
4. Crise da Adolescência: a adolescência da nossa cultura; a relatividade das noções de normal e patológico; análise da diversidade dos conteúdos psicológicos dentro da mesma faixa etária.
5. A relação pedagógico-educativa: na dinâmica familiar; na escola; na comunidade.
6. Tipos e níveis de comunicação na relação individual e grupal: os fenómenos da comunicação individual e interindividual; grupal e intergrupal; os conflitos e sua gestão; sensibilização à dinâmica de grupos em pedagogia.
7. Modos de observação e abordagem a nível: individual — a entrevista; grupal — levantamentos, inquéritos, questionários, etc.
8. As substâncias psicoactivas: classificações; efeitos psicossomáticos e terapêutica(s).
9. Modelos de intervenção: em prevenção primária; em prevenção secundária; em prevenção terciária.
10. Discussão das hipóteses de trabalho e planificação regional do projecto de intervenção da Experiência Piloto.

Estas sessões, sempre no mínimo de 12, tiveram uma participação activa e assídua dos elementos dos diferentes grupos.

## 6. SUPERVISÃO / ACOMPANHAMENTO DAS ACÇÕES

A primeira tarefa dos professores mediadores foi a de preencher e elaborar o *Guião* para caracterização das Escolas.

Pretendia-se um levantamento da situação a nível de cada estabelecimento de ensino no tocante a condições e meios materiais e humanos, de forma ao professor mediador poder melhor programar as suas acções e planificar trabalho em função dum *real existente* e não duma suposta realidade.

Esse *Guião* foi apresentado pelos técnicos do CEPD como proposta não ultimada, e conseqüentemente susceptível de alterações e adendas julgadas necessárias por parte dos professores.

Foi também aconselhado aos novos mediadores que fizessem a divulgação, a nível das diferentes estruturas escolares, da sua existência e, obviamente, das suas funções e tipo de intervenção para que poderiam vir a ser solicitados.

Nesta linha, para além das reuniões realizadas quer com professores em geral, directores de turma, conselhos directivos e pedagógicos e nalgumas escolas com empregados, efectuou-se em cada nova escola pelo menos uma reunião de informação com a presença dos técnicos do CEPD a professores contactados para o efeito.

É de salientar o grau de participação e o número de presenças nestas últimas reuniões citadas. Este facto ficou a dever-se à capacidade de mobilização dos professores-mediadores em todos os casos; e, nalguns casos, ao empenhamento conjunto do mediador, Conselho Directivo e/ou Pedagógico.

Este acompanhamento e supervisão do trabalho desenvolvido foi feito, no CEPD, através de reuniões de grupo e individuais, e nas escolas, na mesma modalidade.

Os assuntos analisados e discutidos versaram dois tipos de acções:

- a) De grupo — modos de abordagem de grupos de professores, empregados ou alunos. E ainda no caso de algumas escolas contactos com estruturas comunitárias, de saúde ou não, com vista a estas darem apoio se solicitada a sua intervenção;
- b) Individuais — casos pontuais referentes a alunos, pais, ou pedidos pontuais de professores, referentes à sua disciplina, ou casos-problemas de alunos.

## 7. A EVOLUÇÃO DO PLANO EM 3 ANOS: ALGUMAS CORRECÇÕES

A evolução do número de escolas e mediadores processou-se da seguinte forma, até à presente data:

- 1.º ano: 8 escolas secundárias  
— 13 mediadores;  
1 escola preparatória  
— 1 mediador;
- 2.º ano: 8 escolas secundárias  
— 16 mediadores;  
6 escolas preparatórias  
— 7 mediadores;
- 3.º ano: 7 escolas secundárias  
— 10 mediadores  
6 escolas preparatórias  
— 11 mediadores.

O número de técnicos que têm vindo a dar apoio ao crescente número de escolas tem sido sempre o mesmo, cerca de 3, da valência de Psicologia.



A avaliação do trabalho realizado tem sido feita anualmente, e mais intensa e especificamente no fim do 3.º ano. Durante o 4.º ano, tentam-se elaborar algumas conclusões que não consideramos de forma nenhuma possíveis duma avaliação definitiva e peremptória.

De referir ainda neste capítulo, e muito brevemente, que na Região Sul existe cada vez mais um equilíbrio entre o número de escolas Preparatórias e Secundárias, bem como do número de mediadores. As desistências verificadas nas escolas Secundárias parecem dever-se sobretudo à falta de condições de trabalho, em grande parte devido ao excessivo número de alunos existente. Por exemplo, uma das Escolas Secundárias que saiu do Plano contava com aproximadamente 7 mil alunos e 300 professores, o que tornou inviável quase todo o esforço dos 4 mediadores empenhados nas acções projectadas.

## EVOLUÇÃO DO PLANO

Cada vez mais nos parece fundamental estabelecer e cumprir os critérios nas fases preliminares à formação dos professores candidatos a mediadores.

Nesta região houve dificuldades em fazer, o mais correctamente possível, não só a triagem como a pré-selecção das escolas a serem integradas, pela inexistência no nosso país de estudos de campo e dados epidemiológicos, das manchas de incidência de consumo de substâncias psicoactivas, ilícitas e lícitas.

Os dados aos quais tivemos acesso dizem apenas respeito à quantidade de traficantes / consumidores detectados pelos serviços policiais, além dos pedidos pontuais, na maior parte das vezes alarmistas, que chegavam ao Centro.

Numa primeira fase, coincidente com a primeira selecção de escolas, optou-se

pelas do Secundário, frequentadas por jovens de idade superior a 12/13 anos. Parecia-nos então que esta seria a população em risco. Com o decorrer da experiência, fomos verificando que uma acção *realmente* preventiva só fazia sentido se iniciada num nível etário inferior, isto é, o aluno desta idade é já um potencial ou efectivo consumidor esporádico, necessitando mais de uma abordagem a nível secundário do que primário.

No primeiro ano, com apenas uma Escola Preparatória incluída no Plano, sentimos de imediato a grande diferença de possibilidades de respostas adequadas e de resultados favoráveis neste nível de ensino. A índole das situações e casos detectados, atendidos e encaminhados, levou-nos a pensar que teria sido mais eficaz e económico se tivessem sido abordados mais precocemente.

Actualmente, e no decorrer do terceiro ano de experiência, torna-se-nos cada vez mais difícil definir a idade *ideal* para se iniciarem acções preventivas, de comportamentos eventualmente conducentes a alguma forma de desviância, nomeadamente o uso/abuso de drogas.

Um outro factor que consideramos da máxima importância é o ter em conta das características específicas das diferentes zonas que constituem a região sul. Constatamos que, embora relativamente próximas umas das outras, se verifica uma diversidade e riqueza cultural por vezes bastante marcadas, o que tem implicado a necessidade duma grande maleabilidade na aplicação e desenvolvimento de determinado método, que tendo sido elaborado a nível nacional deve sofrer, a nível regional, adaptações específicas sob pena de se tornar inoperante.

Na programação, execução e avaliação das diferentes acções desta Experiência temos sempre tentado seguir de perto uma metodologia tanto quanto possível rigorosa, do ponto de vista científico. No en-

tanto, o tipo de acções que temos desenvolvido implicam uma tão vasta gama de factores e variáveis, que nenhum método científico que as pretenda controlar ou avaliar nos poderá dar uma interpretação ou análise da realidade sem reducionismos.

Em nome do «cientismo» não se pode sacrificar ou deturpar a compreensão da realidade, sob pena de a esvaziarmos de parte significativa da sua dinâmica e conteúdo próprios.

Com esta mudança, que no fundo não passou duma tentativa de aperfeiçoamento da metodologia que vinha a ser seguida, foram enviadas a todas as escolas do Plano algumas sugestões de actuação tendo em conta o que vinha acontecendo nessas escolas e nas que paralelamente íamos atendendo. Do seu conteúdo, por nos parecer importante, damos a transcrição na íntegra:

#### A. OS PRESSUPOSTOS INERENTES

Para o 2.º ano de experiência optou-se por propostas de acção que promovam a participação activa dos jovens para uma definição mais concreta e para uma execução de programas de prevenção que os interessem e que lhes sirvam *de facto*.

Assim estes programas educativos devem, no nosso entender, dirigir-se mais aos problemas que se põem ao uso das drogas do que a uma simples explanação sobre as substâncias psicoactivas e seus efeitos imediatos.

Dado que neste plano estão incluídos estabelecimentos de ensino Básico e do Secundário, com diferenças significativas nas idades dos jovens, houve que adaptar as propostas de acção aos diferentes níveis etários.

Com o intuito de informar minimamente os professores participantes nesta experiência sobre os objectivos e etapas deste trabalho achámos que seria correcto o expôr de algumas considerações gerais que

constituem o ponto de partida e, quase em simultâneo, o alvo da nossa intervenção.

A nível internacional, e não só, falar-se de eliminar o uso da droga, parece ser algo que em si pouco contém de verosímil, isto é, faz cada vez mais sentido falar-se em termos de «diminuição do uso», «acabar com o mau uso», «evitar o abuso das substâncias psicoactivas». De facto é praticamente impossível, pela via educativa, impedir um indivíduo de fazer uma experiência, sobretudo se se trata de um adolescente dos nossos dias face ao todo grupal, familiar e social que o rodeia.

As políticas de intervenção até agora levadas a cabo têm-se limitado, de forma muito sucinta a:

- Campanhas de carácter moralista acerca do consumo de drogas, que fazem normalmente apelo aos «perigos» e «mal estar» provocados por elas (com slogans do tipo droga, loucura, morte);
- Acções pontuais de informação junto dos jovens, que pelo seu carácter limitado, põem em risco uma formação mais correcta sobre a problemática da droga em geral;
- Informações que os próprios colhem junto dos *mass media* e cujo conteúdo é na sua esmagadora maioria, de carácter sensacionalista e deturpante;
- Informação, também muito parcializada, recolhida em livros que descrevem experiências pessoais, que nesta qualidade, arriscam-se a serem sobre ou subvalorizados;
- Abordagens feitas, por vezes na melhor das intenções, por pessoas, que pelo seu não conhecimento da problemática da droga, dão informações erradas ou deturpadas — o que pode levar o jovem a uma descrença e mesmo a críticas com fundamento.



— Hoje em dia os adolescentes, pelo seu contacto individual ou grupal, «sabem mais» sobre as «drogas» do que a maior parte dos adultos. Assim, uma informação «mal dada» ou «incorrecta» pode levar a uma futura posição de descrédito, sobretudo se já houve uma experiência com drogas.

Ao fim de 3 anos efectivos de trabalho em prevenção primária com jovens e professores, somos de parecer que as acções que se revelaram mais eficazes foram as conduzidas pelos próprios professores junto das suas turmas. A dificuldade tem sido obter da parte das estruturas competentes a facilidade para se criarem condições para a formação dos referidos professores.

No plano para o qual se solicitou a vossa acção pretende-se prioritariamente oferecer ao indivíduo oportunidades para ele adquirir conhecimentos, atitudes e práticas susceptíveis do próprio ser capaz de tomar e veicular comportamentos e as *suas decisões* sobre o uso da droga. Deve trabalhar-se e incrementar as capacidades individuais a fim de poderem assumir-se atitudes e escolhas conscientes, relativamente à forma de lidar com as «drogas» — tudo isto sempre baseado num conhecimento real acerca das causas, motivações e efeitos da utilização das drogas.

Aqui se incluem também o uso e/ou abuso do tabaco, do álcool e dos medicamentos, que na sua qualidade de drogas lícitas, têm de ter uma abordagem diferente das drogas ilícitas.

O uso da droga torna-se relevante pelas suas consequências sociais e pelos distúrbios que pode trazer à saúde. Todas as drogas são nocivas, mas a destrutividade provocada pelo seu uso não é igual. Os efeitos adversos do uso representam o custo real para a sociedade, e não o uso

em si mesmo. As consequências variam segundo as drogas utilizadas, o nível do uso, a frequência e a duração do uso e a situação específica em que ela é utilizada.

Os objectivos dos programas de prevenção devem ter em conta a droga em questão, a pessoa que a toma e o grupo em que essa pessoa está inserida (em termos de cultura e subculturas).

Somos de parecer que deveria utilizar-se cada vez mais nas escolas — e não só — os programas de *life style*, que estão baseados no acreditar-se que individualmente é possível pensar-se acerca do «tomar drogas», beber em excesso ou fumar, após uma educação dirigida sobre o valor da *boa saúde*. Ao fim e ao cabo, até que ponto podem as decisões do próprio afectar a sua saúde, com base no facto de que a doença ou a saúde fraca não é só uma questão de oportunidade, mas pode muitas vezes ser causada, pelo menos em parte, por escolhas pessoais de «estilos de vida». Será uma educação para viver e não para sobreviver.

## B. OS OBJECTIVOS

A educação para a saúde em estudantes dos graus intermédios (12 aos 16 anos) deverá estar em relação directa com o seu desenvolvimento — e respectivo conhecimento — as suas necessidades e *stress* do seu dia a dia. A informação deve ser apresentada segundo uma variedade bastante larga dos tópicos principais da saúde. Através de determinadas actividades e discussões os jovens podem considerar esta informação e a importância que ela tem. Com este conhecimento aumentado e aprofundado, os jovens poderão ficar mais sensibilizados e mais preparados para a tomada de decisões que lhes permitirão lidar melhor, quer consigo próprios, quer com o seu meio envolvente.

Estas 3 etapas — conhecimento, informação e tomadas de decisões «positivas» — são os objectivos a que nos propomos.

O começar por uma ou outra etapa é um pouco indiferente e depende daquilo que cada professor sentir como mais fácil em termos de abordagem inicial. No entanto, por onde quer que se comece, nunca se deve perder de vista que o trabalho e a evolução dele só será útil ao jovem se este conseguir interligar e manusear os 3 níveis, isto é, pretende-se atingir o todo pelas partes mas de forma *sempre* interligada.

## AS TÉCNICAS

### 1. *Discussões*

Sugere-se que as discussões se baseiem em encontros específicos para o efeito e não «encobertos» com outros títulos. Ao dirigir a discussão, utilizando o pôr de questões, o professor não deve ajuizar os alunos e as suas ideias. O professor poderá por vezes reflectir sobre aquilo que os jovens dizem com vistas a uma clarificação, ou pode mesmo expor um determinado ponto, mas sempre que possível baseado numa informação factual; este tipo de discussão não é o momento oportuno para um ensino dirigista ou moralizador. É um espaço e um tempo criados propositadamente para os jovens partilharem as *suas* ideias e desejos e, com auxílio uns dos outros, explorá-las mais profundamente.

### 2. *Brainstorming*

No *brainstorming*, os jovens anotam o mais rapidamente possível todas as ideias que lhes ocorrem sobre um determinado

tema ou assunto. Todas as sugestões devem ser listadas no papel específico para serem consideradas posteriormente. Enquanto dura o exercício não devem ser feitas nenhuma avaliação ou comentários.

### 3. *Frases ou histórias inacabadas* («fim em aberto»)

Frases ou histórias que apresentam situações mais ou menos problemáticas mas a que não é dada na altura nenhuma conclusão. A estimulação da discussão é feita *a posteriori*. Os jovens têm de identificar o problema em questão e as reacções e/ou sentimentos dos personagens antes de desenvolverem ou acabarem a história.

### 4. *Jeux de rôle*

Um problema é apresentado e discutido por um grupo. Pode ser feito à turma inteira ou a parte dela. A discussão deve dirigir-se ao que está a acontecer e como é que as pessoas envolvidas na situação estão a senti-la. Faz-se então representação da situação. A acção deve ser interrompida num ponto alto da discussão ou quando houver uma viragem no tema (mais ou menos ao fim de 5/8 minutos).

A discussão que se seguirá deve ter em consideração a acção e os sentimentos que estiveram presentes, bem como as soluções possíveis e as consequências delas. Deve-se então representar de novo a acção e anotar como ela evoluiu ou se modificou.

### 5. *Escala ou hierarquia de itens*

Os alunos desenvolvem uma lista de itens (por *brainstorming* ou através de discussão) ou é-lhes facultada essa lista (valores, causas, factos, etc.). Em seguida, devem numerar cada item, indicando qual



sentem ser o mais importante, o menos importante, etc.

Desta forma o aluno vai dar a sua própria ideia antes dos itens serem discutidos no grupo em geral.

O estabelecer da hierarquia dos itens obriga a uma necessidade dos indivíduos se compreenderem a si próprios; a discussão posterior ajudá-los-á a exporem e analisarem até que ponto eles próprios, e os outros, compreenderam a questão.

## 6. *Continuidade de valores*

É fornecido aos alunos um *continuum* representando opiniões que abarquem toda uma escala de valores sobre um tema. É-lhes então pedido que façam a sua própria listagem de acordo com a sua forma de verem e aquilo que sentem. Esta técnica pode preceder uma discussão de grupo; ou pode o grupo discutir as diferentes listagens.

Mais uma vez lembramos que os professores não são de forma nenhuma obrigados a utilizarem todos estes modelos. Consoante a disciplina e consoante aquilo em que cada um se sinta mais à vontade, assim deve ser conduzida a experiência e os diferentes métodos.

Outras propostas de trabalho poderão ser sugeridas. Grande parte do valor de qualquer actividade depende sobretudo do tipo de turma. O que nos interessa é não criar espírito competitivo e graus de sabedoria nestes temas. São trocas de informação, de conhecimentos e de atitudes entre alunos e entre professores e alunos.

Em síntese o que se pretende avaliar é:

- 1.º O conhecimento que os jovens têm sobre a temática;
- 2.º Qual a informação de que necessitam;
- 3.º Que decisões tomaram;

4.º Se o aluno foi ou não ajudado a adquirir um respeito «saudável» pelas drogas, quando usadas correctamente.

### a) *Exercícios de clarificação de valores*

Processo de escolha entre diversas opções, depois de se terem examinado as consequências de cada uma. Contribui para a formação de atitudes em relação às drogas que ajudarão o indivíduo a tomar decisões na linha do seu interesse e no dos outros (p. ex. o experimentador, o utilizador ou o não-consumidor — que se abstém).

### b) *Exercícios de simulação*

Tentativa de ajudar a compreender os problemas ou os conflitos de valores representados sob a forma de psicodramas, pondo-se os alunos no lugar de pessoas que se encontrem em situações por vezes muito diferentes das suas.

### c) *Exercícios de solução de problemas e tomada de decisões*

Geralmente centrados sobre problemas ou conflitos de carácter pessoal. Na solução dos problemas, que são habitualmente de carácter colectivo, há que ter em conta 4 fases:

1. Definição do problema ou do conflito;
2. Enumeração das escolhas ou opções que se oferecem para o resolver;
3. Exame das consequências de cada linha de conduta possível;
4. Determinação da solução mais satisfatória para o indivíduo ou para o grupo.

# ANÁLISE DE ALGUNS «ITEMS» DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS À POPULAÇÃO DOCENTE E DISCENTE DE 6 ESCOLAS INTEGRADAS NO PPPTME (REGIÃO SUL)

Nesta segunda parte do trabalho é nossa intenção apenas dar conhecimento das respostas obtidas na aplicação de 2 tipos de questionários a alunos e professores de algumas escolas integradas no Plano.

Este trabalho, desenvolvido durante o ano lectivo de 1980/81 surgiu como uma primeira tentativa de dimensionar e analisar mais claramente quais os conhecimentos, atitudes e/ou comportamentos directa ou indirectamente ligados ao fenómeno droga, no tocante a aspectos individuais, sociais e às substâncias em si.

A denominada *Acção junto dos Professores* surgiu como complemento da *Acção junto dos Alunos* e também como uma *necessidade* em tentar entender qual o tipo de imagens e que relações existem de facto entre professores e alunos.

Não nos parece, de uma forma global, que os resultados obtidos sejam surpreendentes. Eles são tão-somente elucidativos dum certa forma de estar relativa à droga, que já vínhamos detectando pela via do diálogo informal com as diferentes estruturas escolares.

## I ACÇÃO JUNTO DOS PROFESSORES

### 1. Metodologia — duas turmas

A — turma em experiência (TE)

B — turma testemunha (TT)

— Selecção das turmas

TE — turma com problemas; director e maioria de professores recep-

tivos à experiência; turma do professor mediador.

TT — turma idêntica a A em: idades, nível de escolaridade e tipo de problemas.

— director de turma diferente;

— não ter o mediador como professor;

— maioria dos professores diferentes de A.

### 2. Acção através dos professores da turma A

— Formação

*Teórica* — psicologia da adolescência; comunicação; dinâmica do grupo; relação dinâmica/educativa.

*Prática* — análise concreta das turmas com recolha de dados sobre o aproveitamento disciplinar; problemas familiares e outros.

— Supervisão do trabalho realizado no sentido da observação; diagnóstico da situação; evolução da situação do grupo em estudo (Turma A).

Estes dados ficaram lançados nas conclusões de reuniões quinzenais de que se fizeram actas pormenorizadas.

### 3. Avaliação a desenvolver

Comparação dos resultados sentidos pelo grupo com os resultados objectivados pelos inquéritos «imagem do professor pelo aluno» e «do aluno pelo professor» a passar aos professores e alunos das duas turmas A e B (antes e depois).

Comparação dos dados dos inquéritos em A e B (antes e depois) e discussão dos resultados sentidos pelos professores e outros elementos da escola.



#### 4. *Plano de acção*

- Contacto com o Conselho Directivo e Pedagógico;
- Escolha das turmas de acordo com o professor mediador e os Conselhos Directivos e Pedagógicos;
- Reunião com directores das turmas pré-seleccionadas;
- Reunião com os professores em causa.

#### 5. *Execução da acção*

- a* — Distribuição dos inquéritos aos professores e alunos e recolha dos inquéritos respondidos das duas turmas A e B.
- b* — Formação dos professores e supervisão do trabalho executado através de:
  - a)* contacto quinzenal na escola;
  - b)* contacto do Professor mediador com os técnicos da EPP.

*c* — Duração: sete meses

*d* — Segunda passagem do inquérito aos professores e alunos das duas turmas.

*e* — Comparação dos resultados obtidos e conclusões.

#### 6 — *Desenvolvimento da acção*

Fixou-se fundamentalmente na análise concreta de casos:

- a turma na sua dinâmica;
- a liderança, conflitos, marginalização de alunos;
- casos concretos de alunos sentidos como especiais (alunos-problema).

A partir de um sociograma da turma, os professores puderam dispor desde logo dum instrumento de trabalho que lhes permitiu a análise e o confronto dos pólos

de conflito e de atracção da turma em relação a cada um deles, isolar os casos concretos de maior problemática na turma e projectar as acções futuras.

A aceitação da experiência por parte dos professores foi excelente e sentida como complemento indispensável à sua formação. As dificuldades maiores aconteceram pela necessidade de se recorrer a tempos de formação sem prejuízo do trabalho escolar, o que nem sempre foi possível.

#### 7. *Avaliação*

Os questionários \* utilizados para a avaliação tiveram por finalidade comparar a imagem social do aluno e do professor antes e depois da experiência, mas desde logo se esbarrou com um contratempo decorrente de um intervalo curto entre as duas passagens, por um protelamento sucessivo do início da experiência.

A variabilidade encontrada é pois pouco relevante, podendo acauteladamente afirmar-se que:

##### A. *ALUNOS*

- Tendem a ocupar-se em actividades que os relacionam entre si, desinteressando-se progressivamente das actividades individuais, à medida que avança o ano escolar.
- Aumento de sociabilidade com uma mudança de atitudes no sentido de se encontrar no amigo qualidades do tipo sincero, divertido, compreensivo, correcto em detrimento de qualidades como a inteligência, responsabilidade e delicadeza.
- A originalidade na maneira de vestir enquanto se mantém na turma tes-

\* Questionários sobre a Imagem Social do Professor e do Aluno: Foram-nos cedidos amavelmente pelos colegas do CEPD (Centro).

temunha (TT) varia na turma experimental (TE) no sentido positivo.

- Na TE a ajuda pelo professor mantém-se e varia na TT no sentido negativo.
- Facilidade dos professores compreenderem os alunos: varia negativamente em ambas as turmas.
- Pensar antiquado do professor: reforça-se em ambas as turmas.
- Autoridade do professor: reforça-se em ambas, sendo atenuada na TE e forte na TT.
- Disciplina nas aulas: reforça-se em ambas (*vide* item anterior).
- Imposição de respeito sem abuso de autoridade: mantém-se.
- Interesse do professor pela compreensão da matéria: varia positivamente na TE e muito negativamente na TT.
- Justiça do professor: mantém-se na TT, varia positivamente na TE.
- Simpatia dos professores pelos meninos bonitos: mantém-se na TE, varia negativamente na TT.
- Despejar de matéria pelo professor: mantém-se na TE varia negativamente na TT.
- Tratamento de outros assuntos que não a matéria: varia positivamente em ambas.
- Professores-modelo: alargamento da lista de professores com oscilações positivas e negativas em ambas as turmas.
- Professor ideal: (TE) mantém uma imagem positiva (tal como são) no sentido de um professor mais compreensivo, menos autoritário, amigo e sincero; (TT): maior variabilidade de características apontadas no sentido da TE mas com prevalência da anulação de características negativas.
- Ideal Profissional: varia no sentido da aceitação de tarefas precisas e práticas mais acentuadas na TE.

## B. PROFESSORES

- A reduzida amostra, apurada na turma testemunho, não permite utilizá-la como instrumento de comparação.
- Discriminam-se por isso as diferenças tendenciais encontradas na turma experimental sobre a imagem social do aluno:

### a) *Variações positivas:*

Interesse pelas aulas; à vontade dos alunos; a abertura na colocação das dificuldades escolares e a aplicação nos estudos.

### b) *Variações negativas:*

Sentido de responsabilidade; persistência.

Participação nas aulas; respeito pelos professores; consciência crítica em relação ao aluno sentir-se bem ou não na escola, e indisciplina.

### c) *Menor ou confusa consciência crítica em relação à maneira de vestir.*

## C. CONCLUSÕES

1. Verifica-se que a acção sobre os professores, com o cuidado que nos devem merecer generalizações apressadas, é positiva e é sentida como tal pelos alunos.
2. Os professores, por seu lado, parecem tender para uma consciência crítica mais acentuada em relação aos alunos que tende a ser positiva em relação ao aproveitamento escolar e negativa ou confusa para com as qualidades pessoais dos alunos, o que se infirma no sentido dos objectivos escolares prevalecerem sobre os objectivos de formação pessoal dos alunos.



## II ACÇÃO JUNTO DOS ALUNOS

A avaliação dos resultados de uma acção deste tipo colocou-nos o problema, quer da sua possibilidade quer da sua vantagem, nomeadamente na análise da variação de atitudes dos alunos em experiência sem a anulação das variáveis parasitas.

Tentou-se por isso fazer acompanhar a avaliação de atitudes de uma avaliação de conhecimentos, criando-se para o efeito um instrumento de notação em que o aluno era convidado a escolher uma única resposta de acordo com o seu conhecimento e atitude face a um determinado problema.

Pela análise das respostas, podemos afirmar a dificuldade dos alunos em as isolar, correlacionando-as nomeadamente ao nível de atitudes. Não foi assim possível estabelecer uma ponderação correcta dos factores em presença, sendo o tratamento estatístico efectuado em resposta isolada para cada sub-item, podendo por isso no computo geral ultrapassar-se a frequência relativa de cada item estudado.

A amostra padrão é constituída por todos os participantes nas experiências de sensibilização a alunos das Escolas Secundárias dos Olivais, Benfica, Linda-a-Velha, Abrantes e Escola Preparatória do Lavradio.

O questionário distribuído subdivide-se em duas partes:

— A primeira, com 8 itens, tenta verificar os conhecimentos objectivos dos alunos sobre a problemática da droga;

— A segunda, com 9 itens, tenta verificar quais as atitudes dos alunos estruturadas em 3 grupos de questões, a saber, o jovem em relação ao adulto (item 2, 4, 5, 7), o jovem em relação ao jovem (item 3, 6, 8) e o jovem em relação às pessoas em geral (item 1 e 9).

## A. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

É constituída por 271 alunos, sendo 51,2 por cento do sexo masculino e 47,9 por cento do sexo feminino concentrando-se nos escalões etários de 12 a 15 anos, como pode verificar-se pelo mapa de distribuição dos alunos (Quadro I).

### MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS

Alunos observados — 271

Do Preparatório — 59 (21,7 %)

Do Secundário — 212 (78,2 %)

	FREQUÊNCIAS			PERCENTAGENS		
	HM	H	M	HM	H	M
11	18	8	10	6.6	2.9	3.6
12	51	28	23	18.8	0.3	8.4
13	62	29	33	22.87	10.7	2.1
14	53	31	22	19.5	1.4	8.1
15	47	20	27	17.3	7.3	9.9
16	22 <sup>★</sup>	12	9	8.1	4.4	3.3
17	9	6	3	3.3	2.2	1.1
18	1	—	1	0.3	—	0.3
19	1	1	—	0.3	0.3	—
IGN	7 <sup>★★</sup>	4	2	2.5	1.4	0.7
	271	139	130		51.2	47.9

★ Ignora-se o sexo de 1 aluno.

★★ Ignora-se o sexo e a idade de 1 aluno.

Rapazes — 139 (51,2 %)

Raparigas — 130 (47,9 %)

Ignorados — 2 (0,7 %)

Não sendo uma amostra significativa da população escolar abrangida refira-se que, as tendências modais em cada turma escolhida são sensivelmente as mesmas, não sendo por isso justificativo um tratamento diferencial para os alunos do Preparatório, sendo assim uma amostra de

interesse global, para uma abordagem da problemática da droga ao nível da adolescência e juventude escolares.

## B. AVALIAÇÃO FACE À PROBLEMATICA DOS CONHECIMENTOS DA DROGA

### 1. *Uso de remédios sem receita médica*

O uso de remédios não receitados pelo médico é aceite moderadamente (47 por cento). Uma faixa de 26 por cento é pouco sensível a esse fenómeno, por contrapartida a uma faixa de 28 por cento que lhe é muito sensível (Fig. 1 — Curva a cheio).

### 2. *Consequências do uso de remédios sem receita médica*

O uso de remédios sem receita médica é entendido como perigoso (33 por cento), tendendo-se para uma posição extrema de perigo (74 por cento) contra uma posição de pouca sensibilidade (4 por cento) (Fig. 2 — *ibidem*).

### *Utilização de remédios caseiros*

Os remédios caseiros dividem-se pelas suas qualidades e pelos seus defeitos; se, por um lado, os acham melhores por terem uma acção natural, acham-nos piores por terem uma acção mal conhecida (Fig. 3 — *ibidem*).

### 4. *Noção de perigo e prejuízos do tabaco*

A noção de prejuízos do tabaco tende a sobrelevar a de perigo (apenas 8 por cento são sensíveis à noção de perigoso). Numa faixa moderada aparecem 16 por cento de respostas e apenas 1 por cento manifesta pouca sensibilidade a esta questão (Fig. 4 — *ibidem*).

## 5. *Diferenciação do uso de bebidas alcoólicas e tabaco*

O uso de bebidas alcoólicas e de droga é entendido como semelhante ou igual em 38 por cento de respostas, sendo diferenciado em 28 por cento de outras.

Um pouco mais de 50 por cento da amostra entende o uso de droga como pior (Fig. 5 — *ibidem*).

## 6. *Noção e conhecimento das drogas*

A noção de droga parece envolver conceitos pouco diferenciados ou mágicos que vão no sentido de o estender a todas as substâncias e sobretudo aos medicamentos.

Chocolates (2,5 por cento), pastilhas elásticas (14,7 por cento) e reбуçados (2,2 por cento) tal como os antibióticos (42,8 por cento) são entendidos como droga nas percentagens referenciadas.

Tal como calculávamos à partida, a maioria da população estudantil analisada, ensino básico incluído, conhece e diferencia as principais substâncias psicoactivas, sendo de sublinhar a alta percentagem da cocaína (87 por cento). O café regista uma percentagem de 32 por cento, álcool 56 por cento, tabaco 73 por cento, ópio 79 por cento e haxixe 91 por cento.

## 7. *Perigos do uso abusivo de álcool*

A tendência para considerar o uso de tabaco como prejudicial e perigoso manifesta-se também em relação ao álcool aceitando-se níveis pouco elevados ou moderados de uso.

## 8. *O álcool como complemento alimentar e seus efeitos*

O álcool é considerado um elemento dispensável, entendendo-se os seus efeitos como excitantes (36 por cento). Uma per-



AS PESSOAS COSTUMAM TOMAR REMÉDIOS QUE NÃO SÃO RECEITADOS PELO MÉDICO :

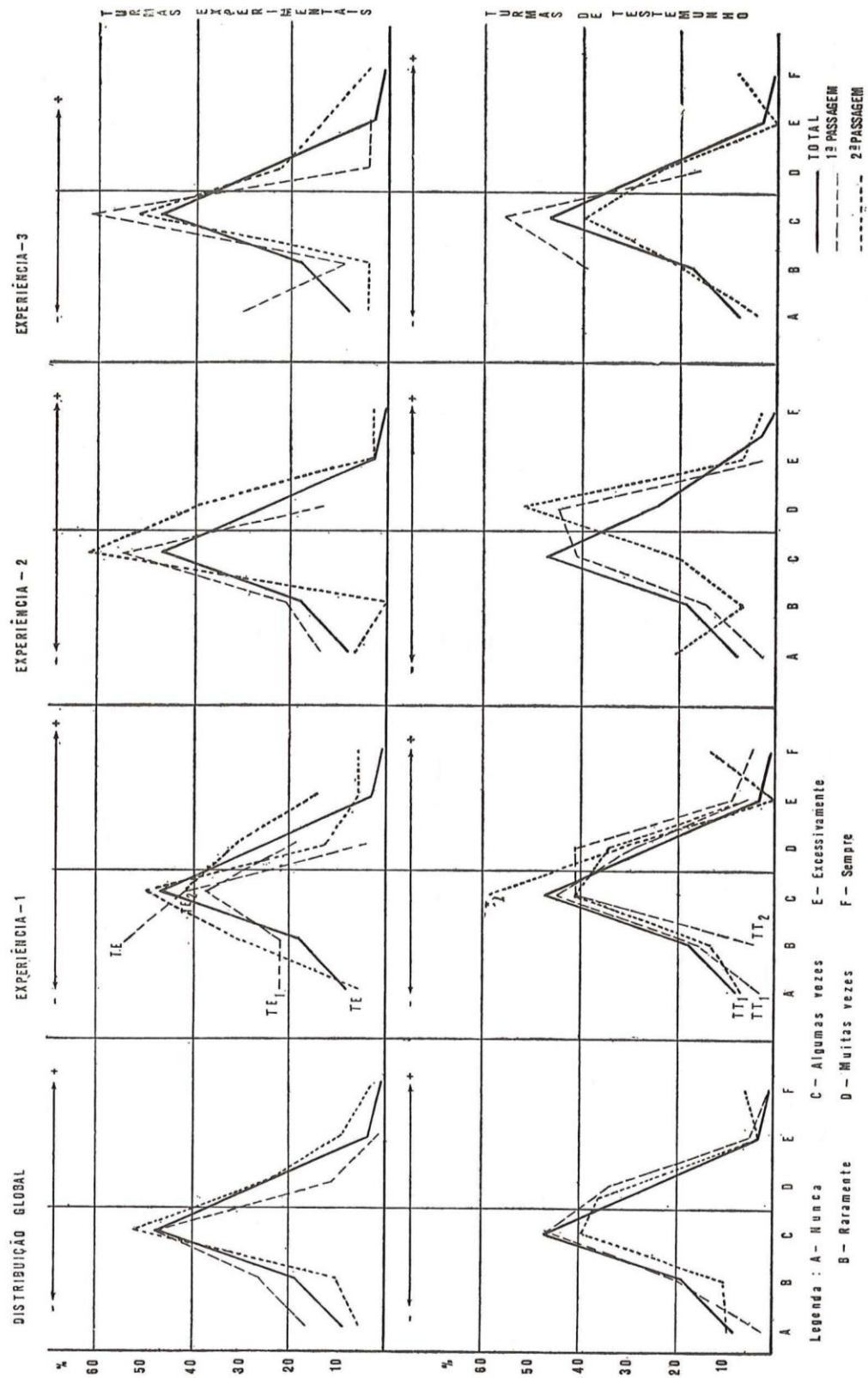


Figura 1

TOMAR REMÉDIOS SEM RECEITA MÉDICA PODE SER :

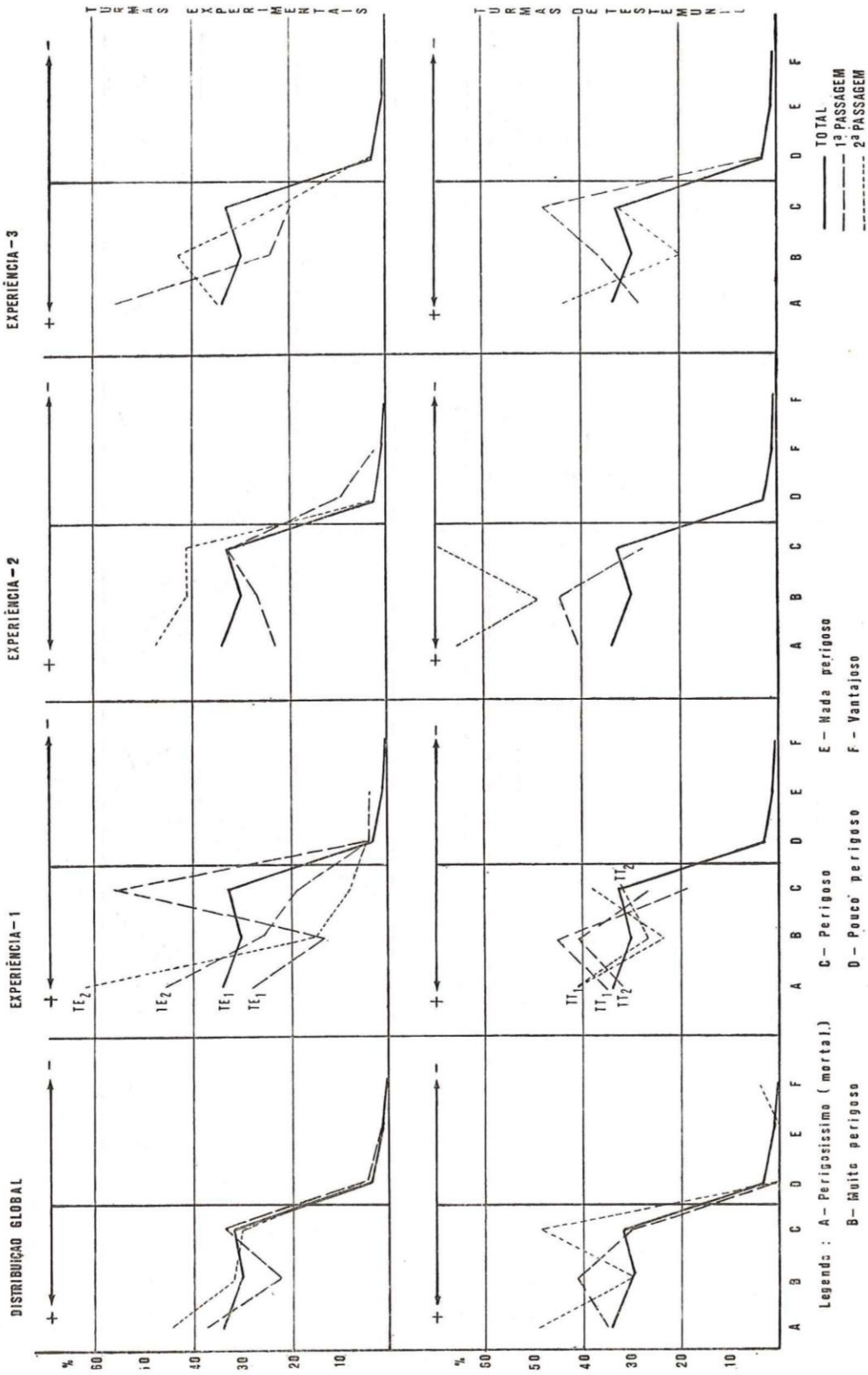


Figura 2



OS REMÉDIOS CASEIROS SÃO :

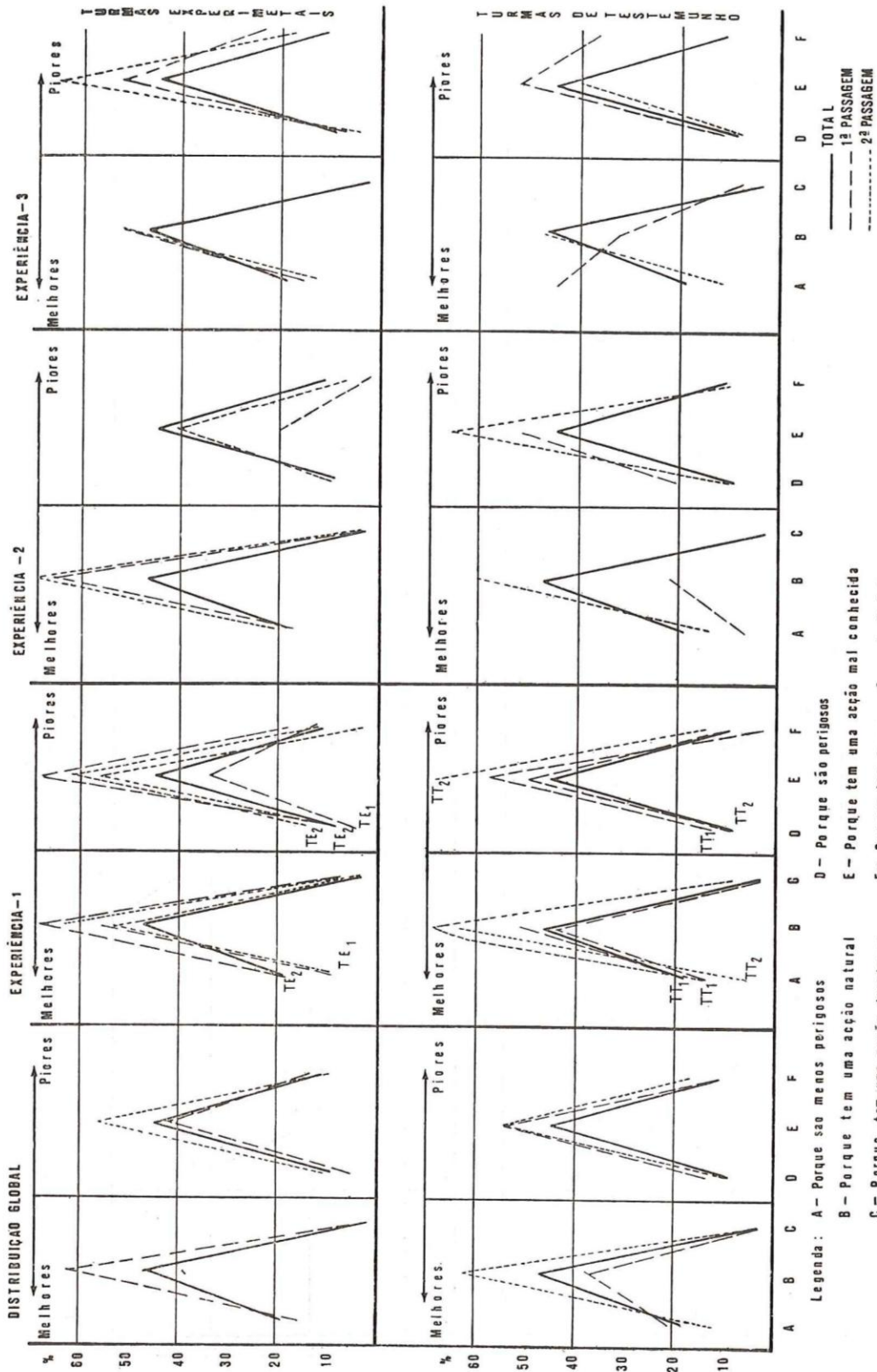


Figura 3

FUMAR É UM HÁBITO

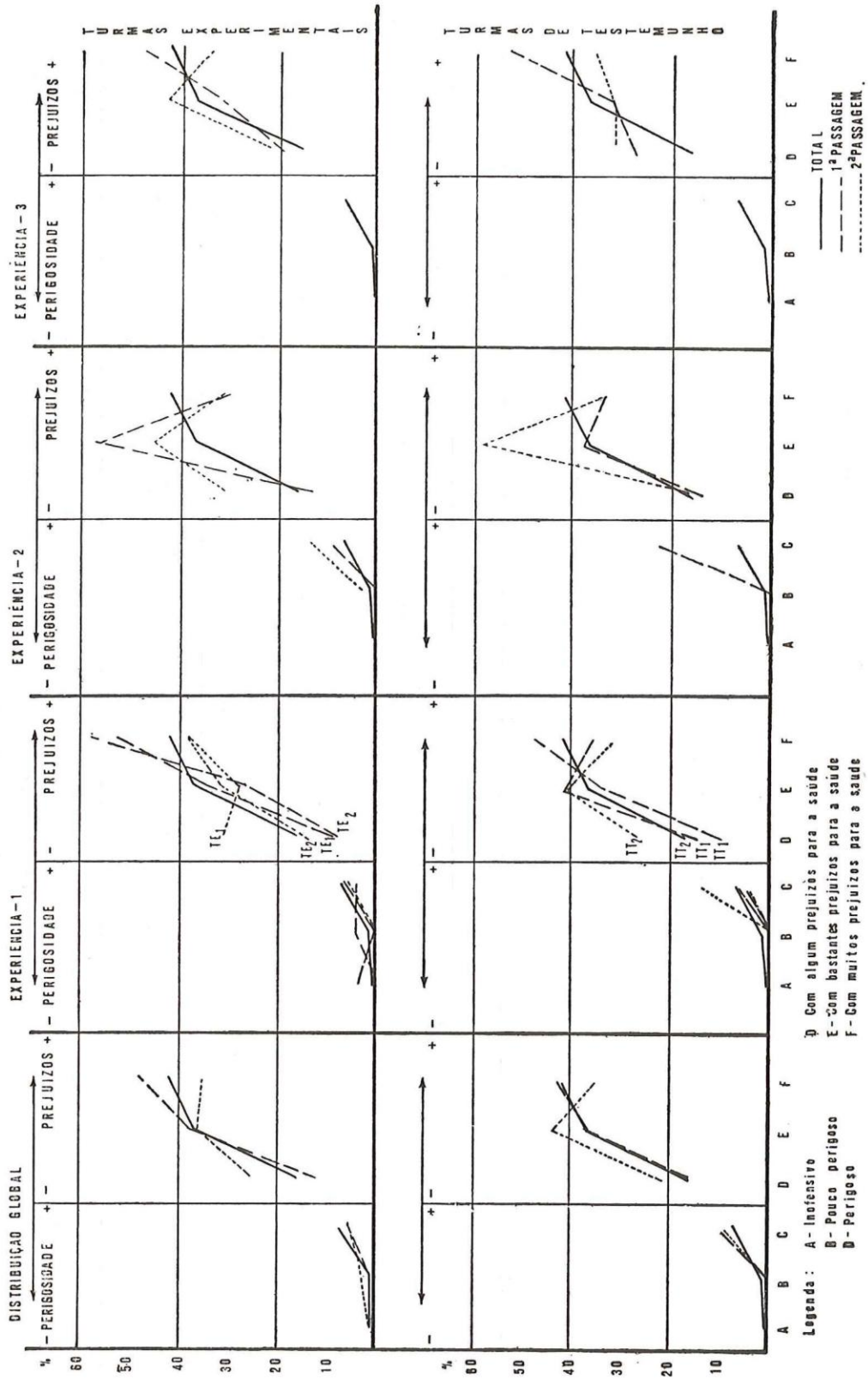


Figura 4



BEBER BEBIDAS ALCOOLICAS OU TOMAR DROGA E

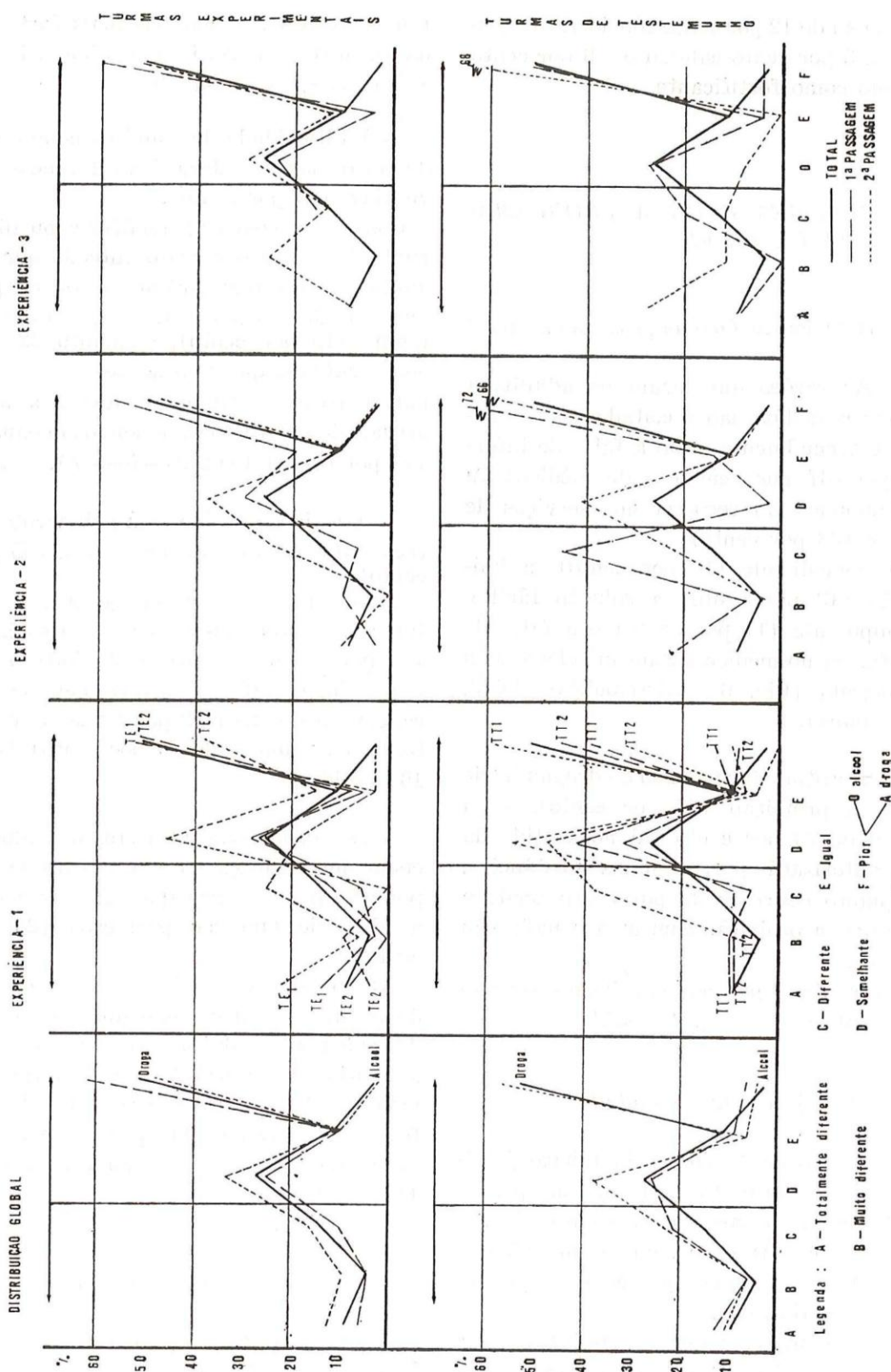


Figura 5

centagem de 12 por cento considera-o anestésico, 3 por cento calmante e 6 por cento tem-no como fortificante.

### C. ATITUDES FACE À PROBLEMATICA DA DROGA

#### a) O jovem face às pessoas em geral

— As razões que levam os adultos a tomar remédios não receitados são sentidas essencialmente como a falta de informação (37 por cento) e de médicos ou dificuldades em recorrer aos serviços de saúde (36 por cento).

A comodidade (18 por cento), a imitação (13 por cento) a solução fácil e onnipotente (11 por cento) e a falta de confiança no médico assumem relevo mais moderado (Fig. 6 — Distribuição global, 1.<sup>a</sup> coluna).

— A atitude face ao uso de drogas tende para a proibição (53 por cento). Uma faixa de 20 por cento vai no sentido da sua autorização para algumas substâncias, enquanto cerca de 29 por cento tende a reforçar a proibição com uma penalização severa.

Cerca de 10 por cento aceita o uso como um mal menor (Fig. 7 — *ibidem*).

#### b) O jovem face ao adulto

— O uso da bebida e do tabaco justifica-se no adulto essencialmente por prazer (41 por cento) para esquecer um problema (49 por cento) e se acalmarem (23 por cento), razões que aparecem frequentemente conjugadas.

Outros motivos que se conjugam com estes ou se diferenciam são o divertimento

(10 por cento), o sentir-se mais forte (7 por cento) e o sentir-se melhor (5 por cento) (Fig. 8 — *ibidem*).

— A dificuldade dos adultos compreenderem os jovens releva das diferenças vivenciais (60 por cento).

Conjugada com esta tendência ou diferindo desta, 25 por cento entende que os adultos não compreendem os jovens por má vontade (10 por cento) e por falta de tempo (15 por cento), enquanto 22 por cento entende que isso se deve à incapacidade para tal (9 por cento) e a uma atitude defensiva (não se pondo em causa) (13 por cento) (Fig. 9 — *ibidem*).

— A ideia de perigo está subjacente na recusa dos adultos a drogarem-se (55 por cento).

A moral e o uso de outras drogas reforçam e conjugam-se com esta tendência (44 por cento), referindo-se ainda o ser isso ridículo (18 por cento), não ter coragem para o fazer (9 por cento) e nunca terem experimentado (9 por cento) (Fig. 10 — *ibidem*).

— Os «*drogados*» são vistos nos adultos como uma ameaça para a juventude (56 por cento), tendência que se reforça com a ideia de que são perigosos (23 por cento).

Alguns motivos referidos parecem indicar uma relativa marginalização dos drogados pelos adultos: 17 por cento considerá-los-ia inúteis e 10 por cento doentes mentais. Além disso são considerados diferentes dos outros (11 por cento), e jovens com problemas (36 por cento) (Fig. 11 — *ibidem*).

#### c) O jovem face ao jovem

— Curiosamente, os jovens fumam e bebem essencialmente para se sentirem



**AUTOMEDICAÇÃO - CAUSAS**

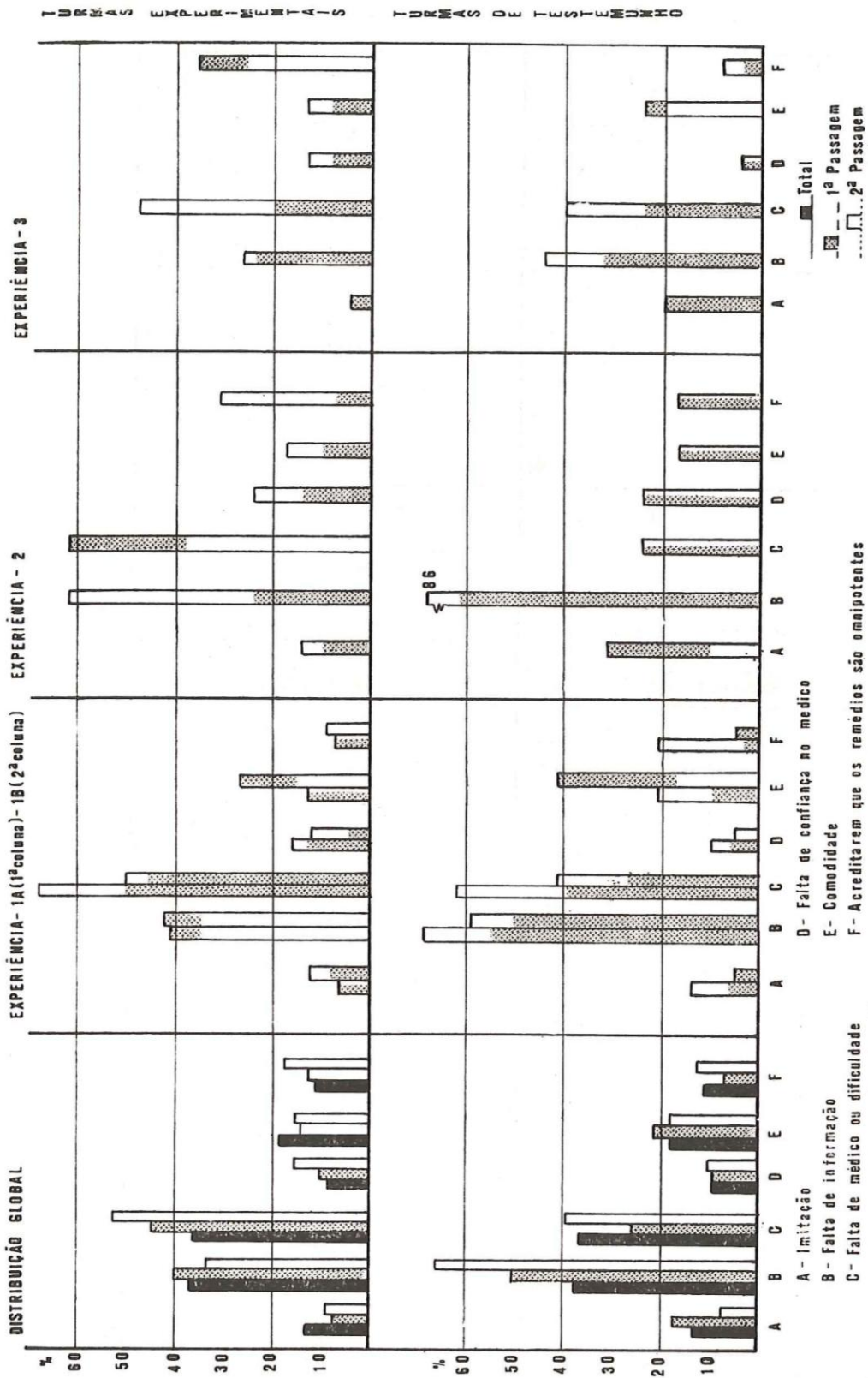


Figura 6

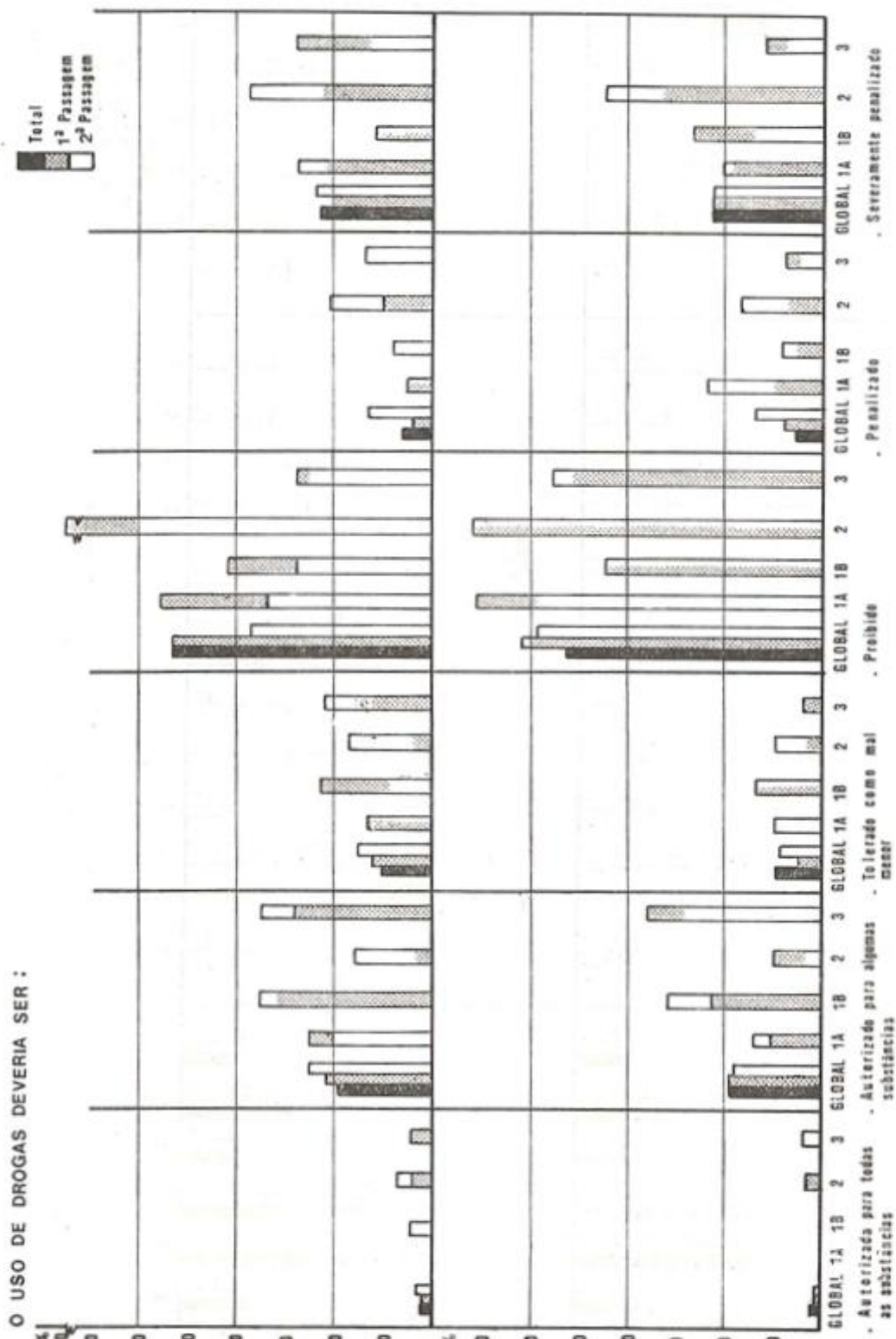


Figura 7



OS ADULTOS BEBEM E FUMAM PARA :

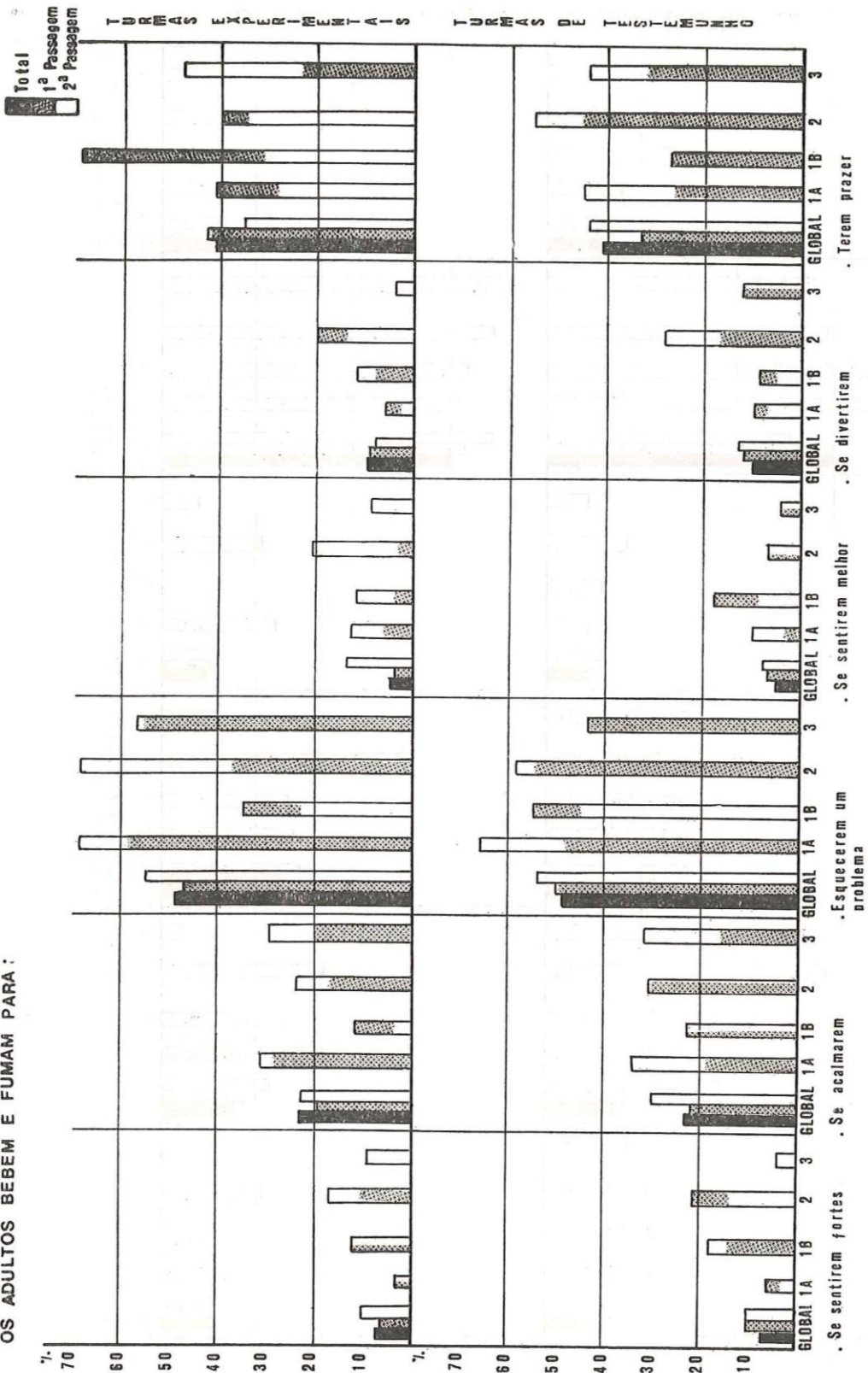


Figura 8

OS ADULTOS POR VEZES NÃO COMPREendem OS JOVENS :

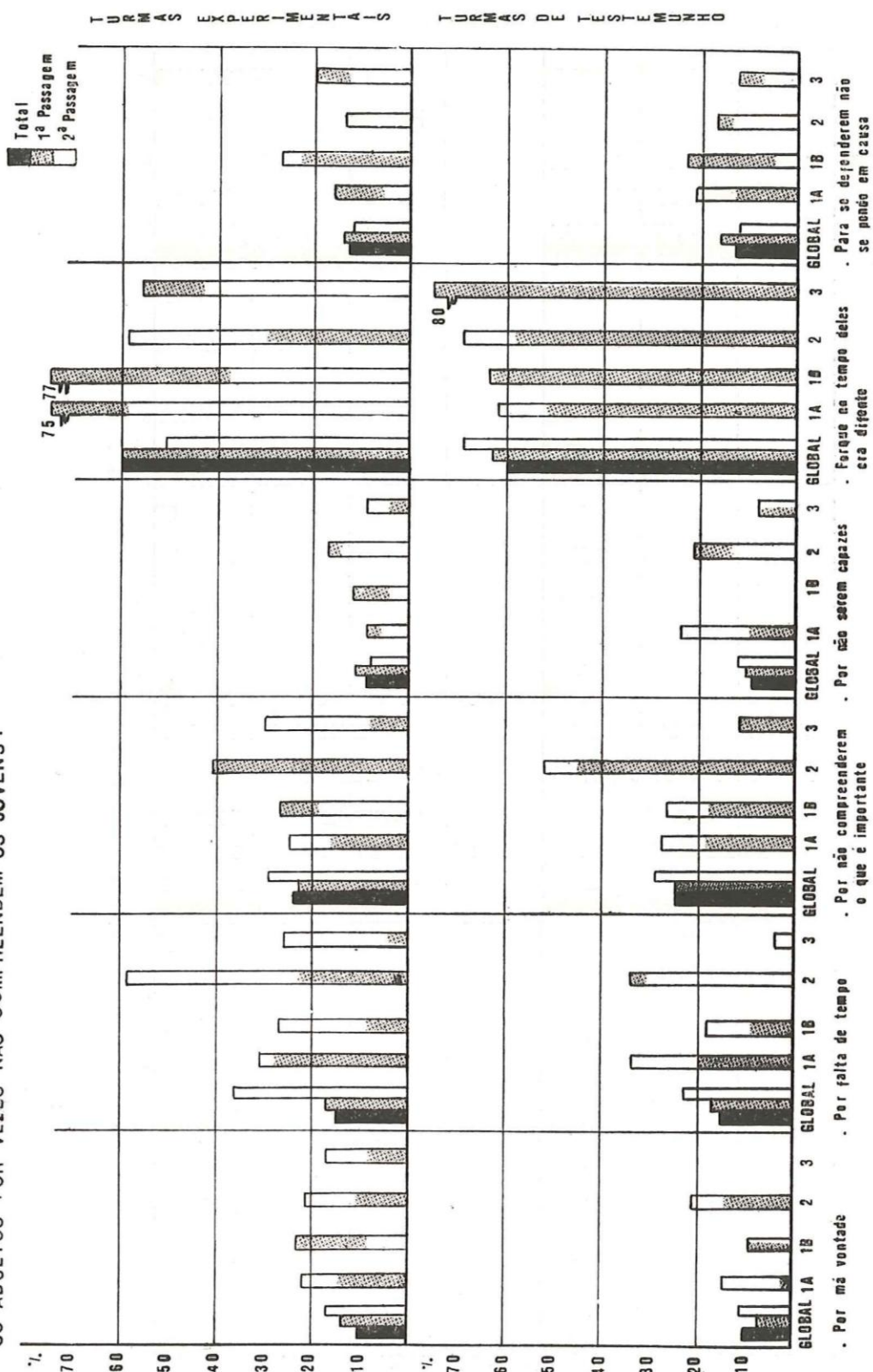


Figura 9



OS JOVENS ACHAM QUE OS ADULTOS NAO SE DROGAM PORQUE :

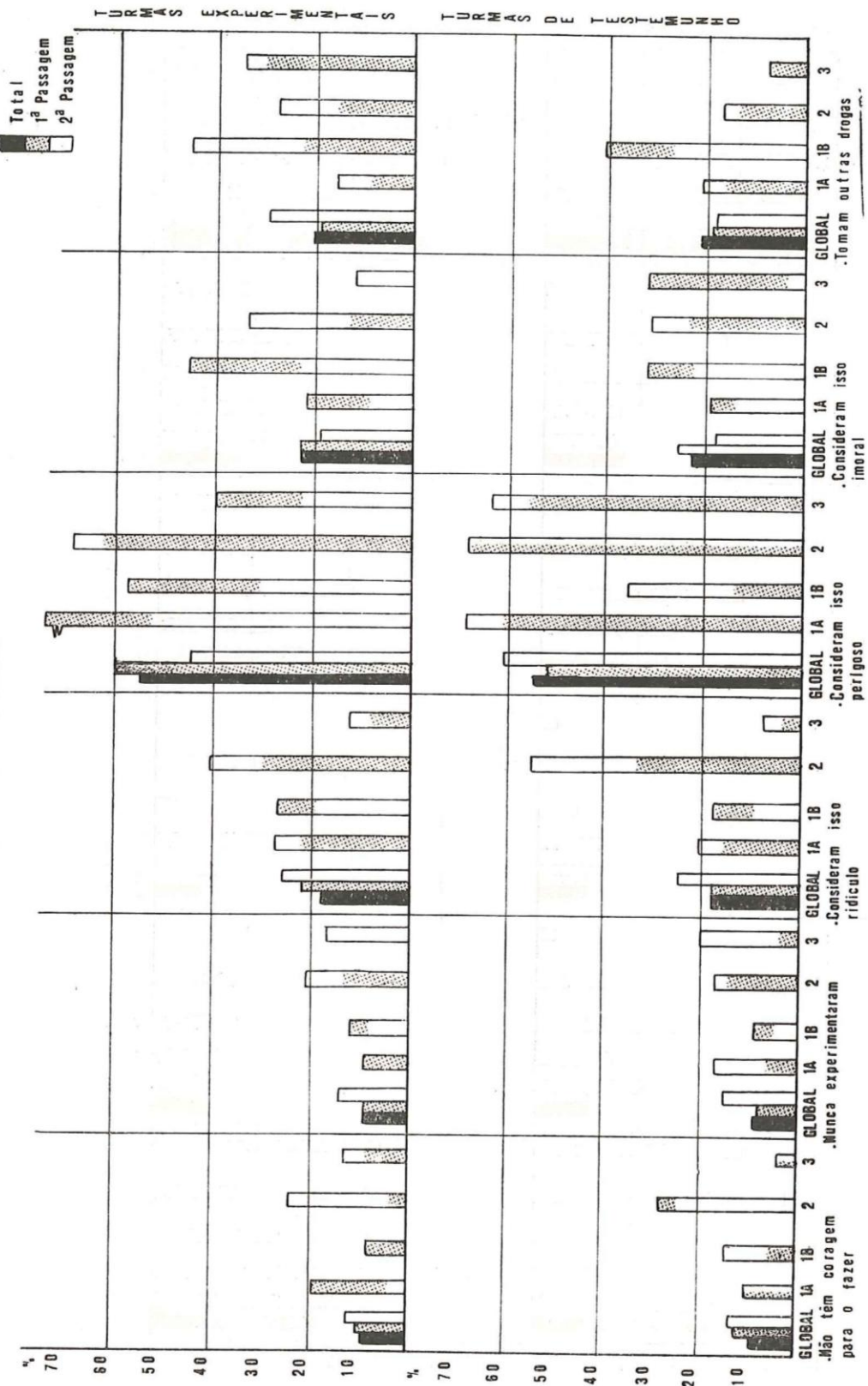


Figura 10

OS ADULTOS PENSAM QUE OS DROGADOS SÃO :

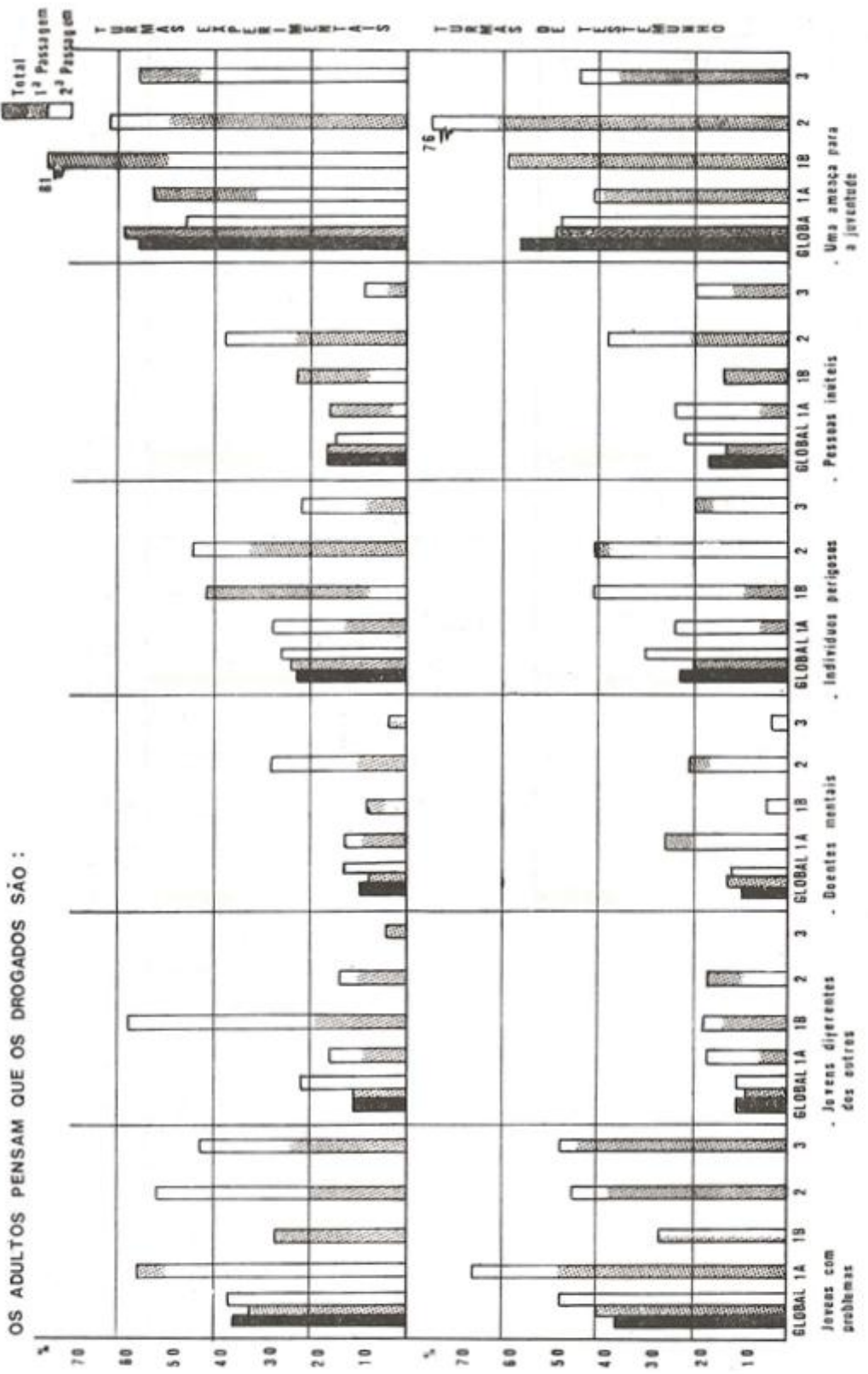


Figura 11



importantes (44 por cento) e impressionar os colegas (24 por cento).

Uma correlação com os modelos identificadores do adulto parece poder inferir-se dos motivos apontados: imitação dos adultos (30 por cento); prazer (28 por cento) e para se acalmarem (9 por cento), razões que tendem, como se referiu atrás, a explicar a atitude dos adultos em relação ao uso de bebidas e do tabaco (como já se referiu estas substâncias não são em boa parte diferenciadas da droga).

A curiosidade explicaria a situação para 16 por cento de casos (Fig. 12 — *ibidem*).

— Reforçando a correlação referida no ponto anterior com os modelos identificadores dos adultos, os jovens, tal como eles, utilizariam a droga para esquecer um problema (55 por cento).

As sensações extraordinárias (37 por cento) e a procura de prazer (18 por cento) são fortes motivos de conjugação ou diferenciação do anterior.

Motivos referentes a ganhos físicos ou pessoais aparecem também diferenciados ou conjugados sem relevância acentuada: desinibição e facilitação de relação (11 por cento), aumento das capacidades físicas e intelectuais (10 por cento) e conhecer-se a si mesmo (7 por cento) (Fig. 13 — *ibidem*).

— Em relação aos «drogados», os jovens assumiriam uma atitude menos marginalizante (17 por cento considera-os pessoas como as outras e até mais inteligentes que os outros 4 por cento).

Reservam-lhe um estatuto próprio em que se conjugam a marginalidade (23 por cento), o exibicionismo (14 por cento) e o ser-se especial (5 por cento). De um modo geral, consideram-nos pessoas com problemas (58 por cento) (Fig. 14 — *ibidem*).

## EXPERIÊNCIA 1

### PLANO DE SENSIBILIZAÇÃO DE ALUNOS À PROBLEMÁTICA DA DROGA

#### 1. Metodologia

Ação sobre uma turma — turma em experiência (TE).

Ação de controlo sobre outra turma — turma testemunha (TT).

Seleção da turma:

TE — turma do mediador

— director de turma e maioria dos professores receptivos.

TT — turma idêntica a A em: idades; escolaridade e professores diferentes.

#### 2. Plano de acção

Tal como na acção para professores

#### 3. Execução da acção

- Preparação dos professores;
- Distribuição de temas pelos professores;
- Separação dos alunos por 5 grupos;
- Trabalho de grupo para cada tema com ajuda do professor encarregado e/ou do professor mediador;
- Sessões finais de troca de informações entre todos os grupos — conclusões.

#### 4. Temas sugeridos

- a) *O uso médico das drogas*: História; Definição de medicamento; O que é uma receita médica.
- b) *Remédios «caseiros»*: Medicina popular e curandeiros na nossa e noutras culturas.
- c) *O uso de drogas sem receita médica*: seus perigos; suas motivações e causas; bom uso; mau uso; e abuso.

OS JOVENS FUMAM E / OU BEBEM :

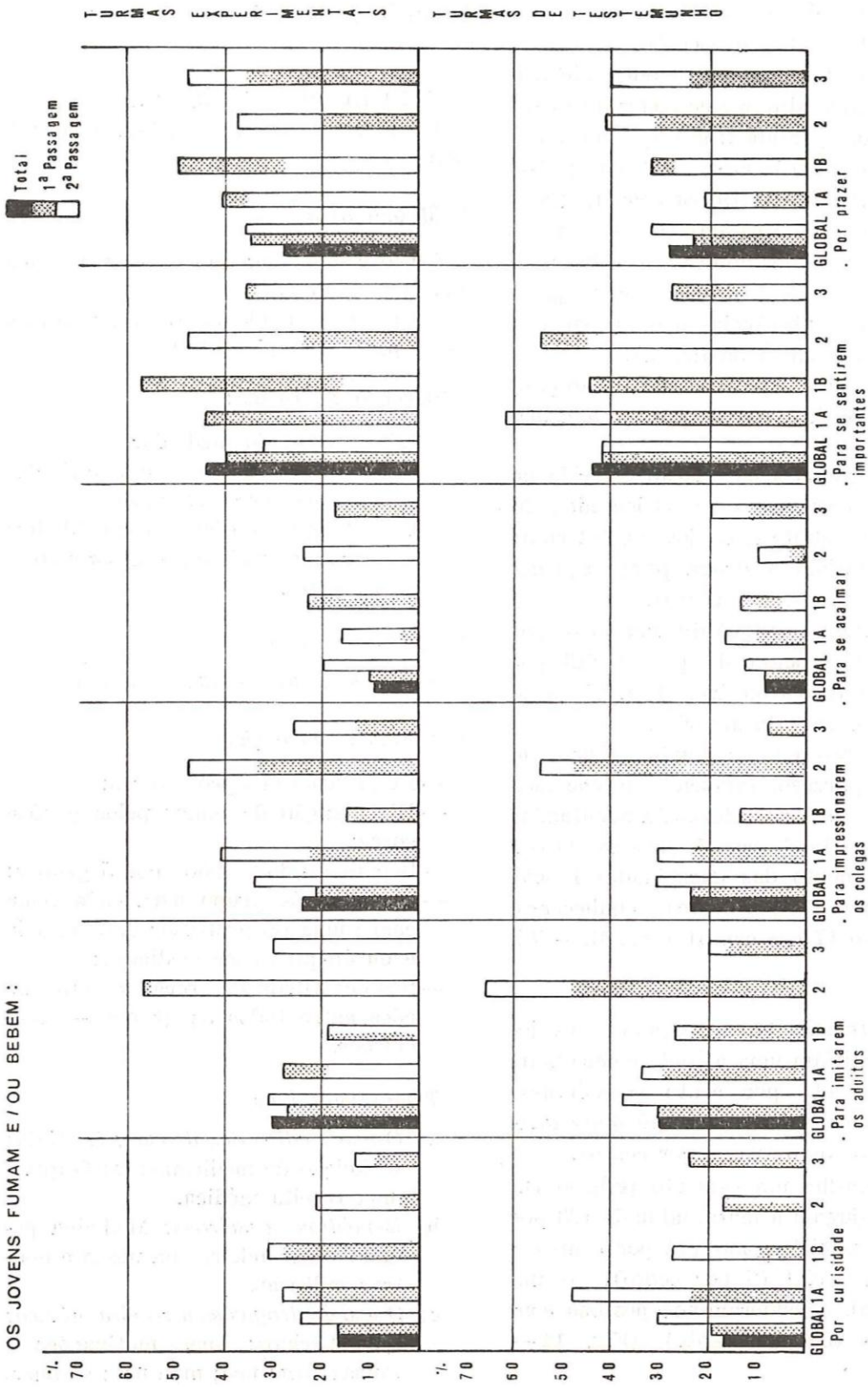


Figura 12



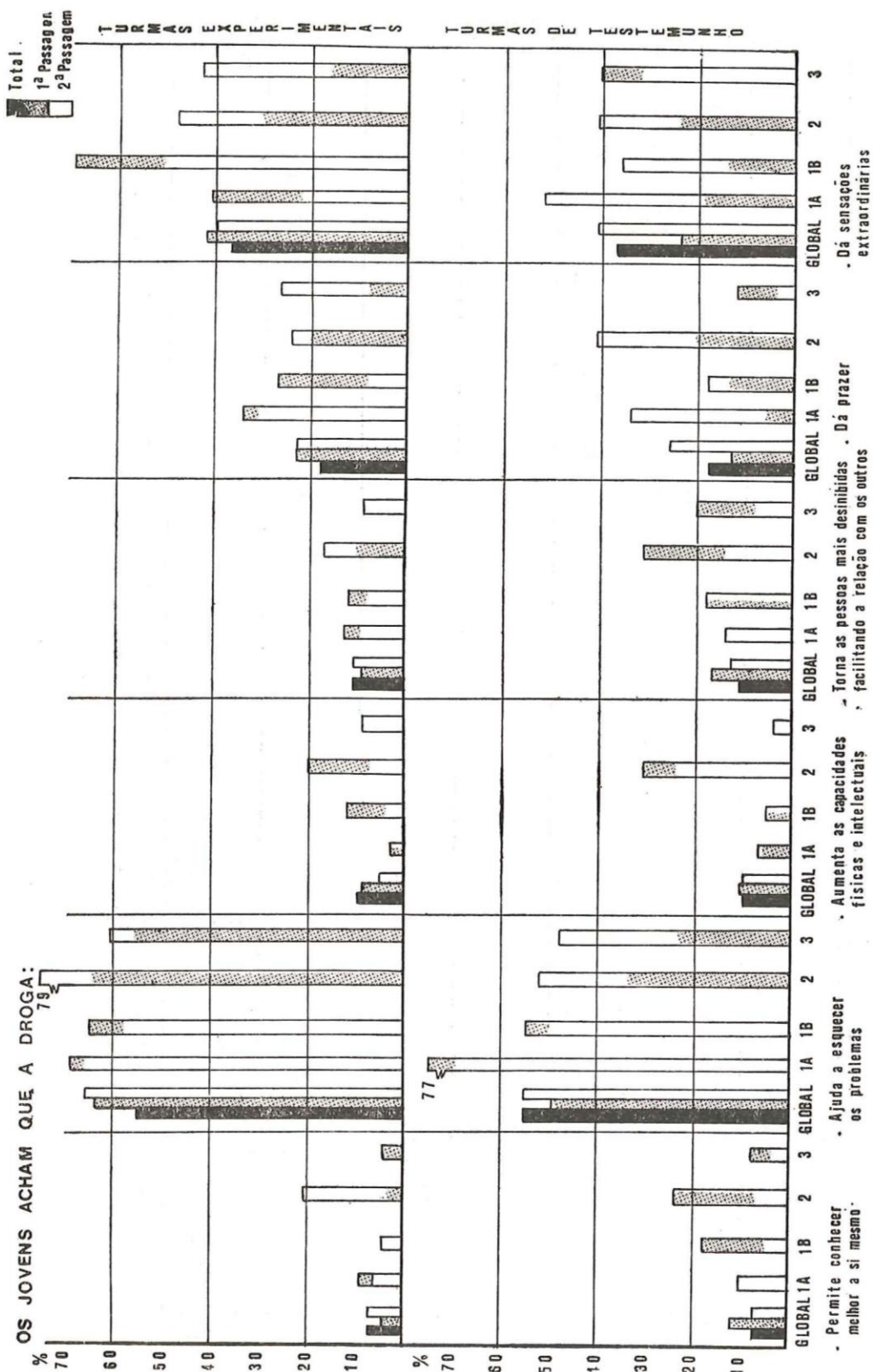


Figura 13

OS JOVENS PENSAM QUE OS DROGADOS SÃO:

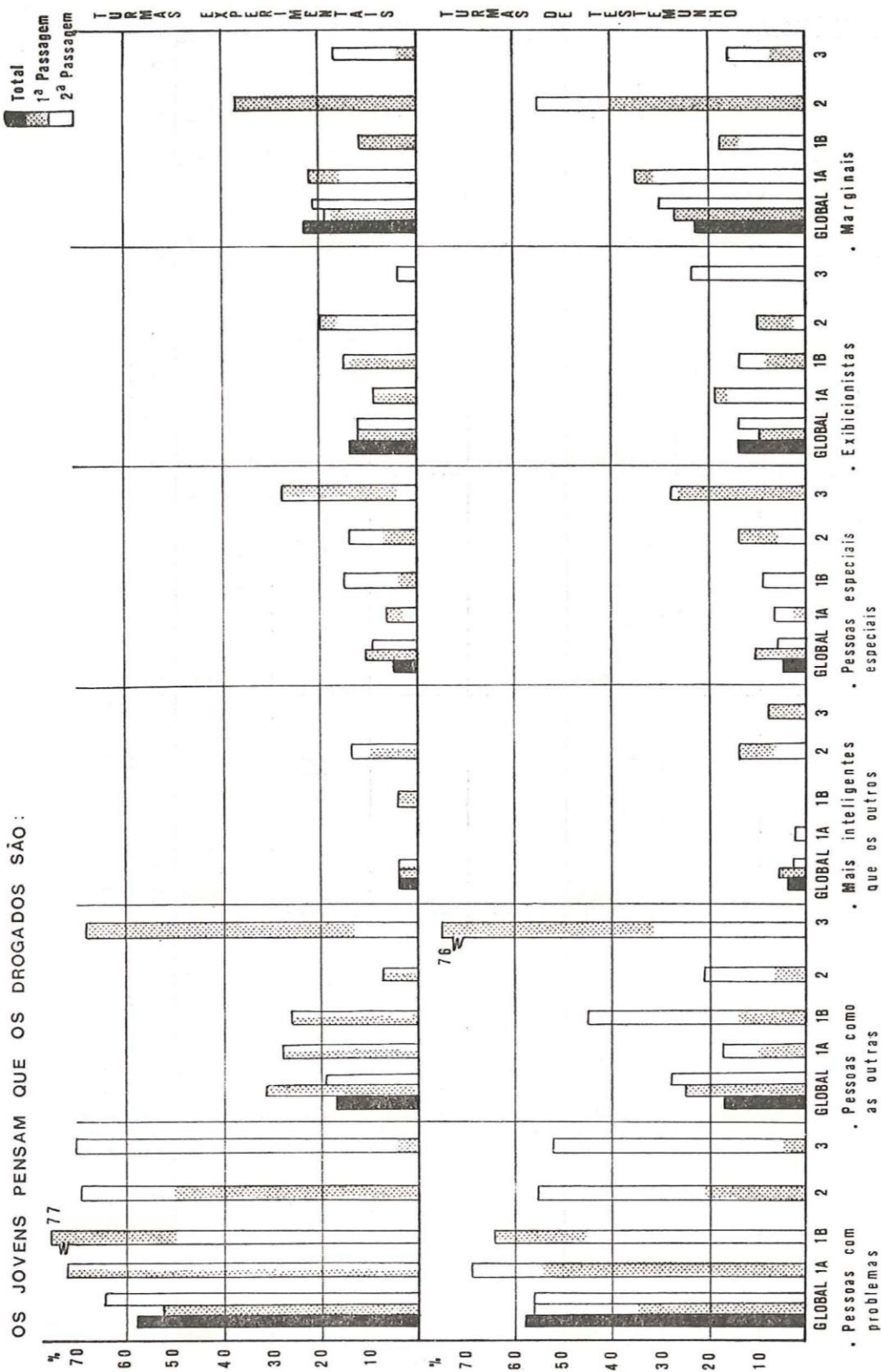


Figura 14



- d) *Aquisição de hábitos*: Definição de hábito; Mecanismo da aquisição de um hábito — reflexo condicionado; dificuldade em perder um hábito adquirido e vantagem em se adquirirem «bons hábitos».
- e) *Substâncias que podem ser utilizadas para se obterem efeitos diferentes*: o que é o efeito principal e o secundário.  
— Acção sobre o «humor»: definição de «humor»; e mudança de «humor».  
— Meios: químicos e não-químicos.

## 5. Desenvolvimento dos temas O uso médico das drogas

### a) Definição de medicamento

- Um medicamento é uma droga, mas nem todas as drogas são medicamentos;
- Um medicamento tem fins intencionais (curar uma doença ou aliviar um sintoma) e acção específica.

### b) História — geral

- Descoberta de alguns medicamentos: Digitalina; Quinino; Penicilina e Vacinas.

- c) *Reunir alguns medicamentos de uso corrente e analisar*: a sua composição química, a sua acção e modo de utilização, a partir da leitura do folheto informativo e da embalagem: Aspirina; Antibióticos; Ansiolíticos e Xarope para a tosse.

### d) Receita médica

- Há duas categorias de medicamentos:
- Medicamentos receitados por um médico para tratar um doente;
  - Medicamentos que não precisam de receita médica.

Uma receita médica deve ter: Nome do doente; Data da consulta; Quantidade (número de caixas, frascos, injeções); Dose (como, quanto e durante quanto tempo); Precauções a ter durante o tratamento; Contra-indicações e o nome do médico.

- e) *Perigos derivados da conservação em casa de restos de medicamentos não inteiramente utilizados.*

## Remédios caseiros e tradicionais

- a) Evolução histórica da «Medicina» moderna: raízes religiosas; as feiticeiras da Idade Média; e a Medicina «científica».
- b) Medicina tradicional em culturas diferentes da nossa: O «feiticeiro» ou «curandeiro».
- c) Utilização das plantas na medicina tradicional — o «*hervanário*».
- d) O movimento ecológico.
- e) Conhecimento empírico; Conhecimento científico.

Análise crítica destes conceitos quando aplicados à Medicina: seus perigos; seus excessos.

## O uso de drogas ou medicamentos sem receita médica

- a) Perigos: contra-indicações; efeitos secundários; mistura de medicamentos e seus perigos: potencialização, antagonismos e incompatibilidades.

Exp.: aspirina e anticoagulantes

— dose errada  
— mau uso

} abuso

- b) Motivações e causas: falta de informação; falta de médicos ou dificul-

dades em recorrer aos serviços médicos; desconfiança; comodidade e análise crítica.

- c) Noções de: bom uso; mau uso e abuso.

Mau uso — causas: acidentes; má leitura ou desconhecimento; desejo de experimentar, curiosidade; por se julgar que o uso é sinal de maturidade ou sofisticação; desejo de se saber qual a nossa reacção àquele medicamento; como um acto de rebeldia; porque é usado por outros membros da família; como um hábito; para emagrecer; porque se está insatisfeito com a família, a escola ou o trabalho; para esquecer problemas e resolver dificuldades; e por prazer.

#### A aquisição de hábitos

- a) Definição de hábito: Diferença entre hábito e destreza ou habilidade.
- b) Mecanismos de aquisição de um hábito: « reflexos condicionados » e « condicionamento »; papel da repetição do estímulo.

Os hábitos são adquiridos pela observação e o condicionamento.

- Dificuldade em perder um hábito uma vez este enraizado;
- Vantagem em se adquirirem bons hábitos.

- c) Hábitos benéficos: exercício físico; sono adequado; regime alimentar; hábitos de estudo e adesão a modelos seguros.

Maus hábitos: roer as unhas; fumar; chuchar no dedo; comer demais e abuso de drogas.

- d) Abuso de drogas — consequências possíveis: prejuízos mentais tempo-

rários ou permanentes; náuseas e vômitos; prejuízo orgânico — doenças; envenenamento; morte (*overdose*); e doença respiratória.

#### Substâncias que podem ser utilizadas para se obterem efeitos diferentes

- a) Noção de: — efeito principal; efeito secundário.

- b) Acção sobre o « humor »:

— Definição de « humor »;

— Mudanças de humor:

1 — Meios não químicos: divertimento; desporto; jogos; amor; amigos; comunicação; natureza (passeios).

2 — Meios químicos: fumar; beber (álcool, café, chá, cola); tomar « drogas ».

#### 6 Avaliação

Esta acção foi desenvolvida em 2 escolas do ensino secundário (Benfica e Abrantes) e como tentativa simplificada da acção constituiu um método de informação relativamente fácil de aplicar, sensibilizando indirectamente os alunos para a problemática da droga sem se falar muito das substâncias.

A enumeração das variações encontradas tornar-se-ia aqui extremamente fastidiosa, optando-se por considerações globais e deixando ao leitor o trabalho de análise diferencial que pode realizar através das figuras apresentadas.

Assim, pode afirmar-se:

— Nas turmas experimentais os conhecimentos variaram no sentido do reforço das zonas de sensibilidade moderada dos problemas referidos e adequação mais ajustada à realidade dos mesmos.



— Ao nível das atitudes as variações são aleatórias não sendo possível encontrar indicadores precisos.

## EXPERIÊNCIA 2

Experiência adaptada a alunos mais jovens segundo a metodologia já referida na experiência 1, trabalhando-se a informação mais cuidada e longamente.

É uma variante que nos pareceu mais correcta do que a aplicação da experiência 3 no Preparatório parecendo os seus resultados tão positivos quanto os desta experiência.

A variabilidade segue de perto a da amostra geral com a adequação dos conhecimentos e atitudes a posições moderadas de sensibilidade.

Nas figuras apresentadas pode o leitor encontrar também as variações encontradas.

## EXPERIÊNCIA 3

A. Mesma metodologia da experiência 1.

### B. DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ACÇÃO

#### 1. Inquérito (1.ª aplicação)

Definição de droga: toda e qualquer substância que, pela sua natureza química, altera a estrutura ou as funções do organismo vivo.

2. Exemplos de drogas e exploração delas do ponto de vista histórico e sua origem (plantas, animais, minerais, laboratoriais — álcool, tabaco, solventes, drogas ilegais, drogas recetadas).

### 3. Discussão em grupo de *como e porque* os jovens bebem álcool:

Quando	Porque
Nas festas	— para descontraír
Nos casamentos	— como hábito
Antes das refeições	— por evasão
Nos bares	— por prazer, imitação dos adultos
Em actividades sociais	— por prazer, imitação dos adultos

Paralelamente, desenvolver os efeitos do álcool em:

*pequenos prejuízos* — perda do controlo motor fino, redução das inibições;

*prejuízos moderados* — taxa de alcoolémia 0,8, reflexos lentos, discurso entaramelado;

*prejuízos sérios* — perda do controlo, possíveis desmaios.

Relacionar com o sistema nervoso central e com a circulação — como se processa o mecanismo do álcool no corpo.

4. Discussão sobre os diferentes efeitos do álcool nos indivíduos, consoante o crescimento, o sexo, idade, humor, estado de saúde (especialmente nutritivo), variações nas doses, interacções com outras drogas.

5. Listagens individuais ou de grupo sobre algumas das razões pelas quais as famílias diferem nas atitudes em relação ao álcool, tais como: personalidade, *background* cultural e étnico, religião, experiências passadas. Seguir-se-iam discussões por grupos sobre as razões de tais diferenças.

6. Fazer com os jovens uma pequena investigação do custo do alcoolismo para um indivíduo, para a sua casa,

para a comunidade e para o país e considerar quem deveria ter a responsabilidade deste custo.

\* Referir a publicidade.

7. Exploração do tema: porque é que as pessoas tomam drogas?

— Para destruir germes; para aliviar ou tirar dores; para prevenir a disseminação duma doença; para construir um organismo forte e saudável; para modificar as funções dos organismos e para modificar os seus sentimentos.

\* Falar do controlo de vendas e do uso das drogas prescritas ou não-prescritas.

8. Despenalização das drogas (marijuana) sim ou não? Porquê?

9. Levar os alunos a averiguar e verificar, por pequenos grupos, quais os efeitos gerais de um tipo de droga do ponto de vista físico, emocional e social, intervenientes na vida duma pessoa.

10. Dividir os alunos por grupos a fim de entrevistarem:

— um agente da lei; um médico; um advogado e um representante de uma organização de jovens, com a perspectiva dos aspectos legais e futuras implicações da droga.

11. Discutir e escrever algumas teses, conduzir entrevistas, preparar sátiras, para se investigar a situação de que «todas as drogas são perigosas quando se utiliza uma errada ou quando ela é utilizada em excesso».

12. Preparação de brochuras ou artigos sobre o uso e o abuso de drogas, ten-

tando encontrar-se um fim prático e útil a nível da escola e da comunidade.

13. *Inquérito* (2.ª aplicação)

### C. AVALIAÇÃO

A experiência foi desenvolvida em 3 escolas do Ensino Secundário (Amadora, Olivais e Linda-a-Velha).

Tendo uma maior profundidade e alcance, é necessariamente mais trabalhosa, mas parece cativar maior número de aderentes.

Não sendo possível uma análise dos resultados de todas as escolas, far-se-á aqui uma comparação de resultados da experiência 1 (escola de Benfica T1) com a de Linda-a-Velha (T2), confrontando-se os resultados das duas experiências.

#### 1. *Conhecimentos adquiridos*

##### a) *Uso de remédios não prescritos pelo médico*

T2 — Tende a variar no sentido de uma maior sensibilidade mantendo os valores médios.

T1 — Tende a deslocar os valores mais baixos para valores médios e os valores altos para valores mais excessivos.

##### b) *Consequências do uso de remédios sem receita médica*

T2 — Tende a deslocar os valores altos para médios mantendo os baixos.

T1 — Tende a deslocar os valores baixos para valores médios mantendo os excessivos.

##### c) *Remédios caseiros*

Variações no mesmo sentido.



d) *Consequência do uso de tabaco*

T2 — Tende a deslocar os valores altos para médios mantendo os baixos.

T1 — *Baixa os valores altos e médios e tende para valores mais baixos.*

e) *Diferenciação do uso de bebidas alcoólicas e de drogas*

T2 — Tende para uma maior diferenciação (Idem T1). Tende também para uma maior igualização dos efeitos (inverso T1).

f) *Diferenciação de substâncias consideradas drogas*

T2 — A diferenciação de substâncias parece menos correcta que em T1 reforçando-se a ideia de que tudo é droga.

g) *Alcoolémia: níveis de perigosidade*

T2 — Apresenta uma noção mais precisa de alcoolémia.

h) *O álcool como complemento alimentar; seus efeitos*

— Tendências iguais.

2. *Atitudes face à problemática de droga*

a) *Os jovens face às pessoas em geral*

*Razões para uso de remédios não receitados pelo médico*

T2 — Baixa a aceitação da omnipo-tência dos remédios. No res-tante varia como em T1.

*Atitude face ao uso de drogas*

T2 — Apresenta uma variação no sentido de uma maior tolerância (T1 inversa).

b) *O jovem face ao adulto*

*Razões por que os adultos bebem e fumam*

T2 — «Ter prazer» aumenta (inverso em T1).

T2 — Reforço de atitudes (maior variabilidade em T1).

*Razões por que os adultos não compreendem os jovens*

Variação no mesmo sentido.

*Razões por que os adultos não se drogam*

T2 — Reforça as suas atitudes (maior variabilidade em T1).

*O que os adultos pensam dos drogados*

T2 — Reforço de «jovens com problemas» (inverso em T1) e de indivíduos perigosos (idem em T1).

c) *O jovem face ao jovem*

*Razões para o uso de tabaco e bebidas pelo jovem*

T2 — Reforço de atitudes (Idem em T1).

T2 — Tende a considerar o prazer como mais relevante (inverso em T1).

*Efeitos da droga*

T2 — Reforço das atitudes no sentido dos efeitos das drogas sobre o organismo (inverso em T1).

*Atitudes face aos drogados*

T2 — Tende a considerar os drogados como um grupo de pessoas diferentes, marginais e com problemas (T1: atitude mais tolerante).

## CONCLUSÕES

— Ao nível dos conhecimentos a turma mais trabalhada fixa-se em valores médios mantendo os baixos, passando-se o inverso na turma menos trabalhada que tende a fixar-se nos valores médios em detrimento dos baixos e mantendo os valores altos.

— A noção de droga parece pouco sensível à informação mantendo-se os conhecimentos mágicos e viciados já apreendidos (?).

— As atitudes face à problemática da droga não parecem permeáveis a este tipo de experiências pois que a variação encontrada deverá ser influenciada pelo grau de conhecimentos e reflectir tão só isso mesmo (uma melhor percepção da realidade).

## 8. CONCLUSÕES GERAIS

O lançamento desta Experiência mereceu, nos seus primórdios, algum descrédito, o que se traduziu por sucessivos impasses na ultimização e assinatura do protocolo entre o GCCD-CEPD e o MEC, e posteriormente em todos os processos inerentes ao plano que, mesmo com o apoio das delegadas do MEC e do Coordenador Nacional do Plano, se foram arrastando e resolvendo quase sempre fora dos prazos estabelecidos e de modo frequentemente algo incompleto.

Durante estes 3 anos de experiência, o espaço de tempo entre o pedido de determinada cláusula e a sua resposta acabou por, directa ou indirectamente, provocar nos técnicos do CEPD e nos próprios professores momentos de impasse que se reflectiriam, no decorrer das acções, em sentimentos de frustração e por vezes desânimo: num processo que se pretende essencialmente dinâmico, não raras vezes a burocracia introduziu o seu cunho de entropia, cortando o fluxo de determinados processos.

Estamos cientes de que, apesar de nos discursos oficiais os responsáveis por este tipo de acção nos apoiarem e incentiva-

rem, o trabalho em Prevenção Primária não ocupa ainda o lugar que lhe corresponde.

Existe já um certo sentimento de que «mais vale prevenir do que remediar», mas mais na teoria, porque na prática, *de facto*, adoptam-se medidas para «remediar».

Hoje alertamos que amanhã isto ou aquilo pode suceder; depois de amanhã, informam-nos e constata-se que *já* sucedeu. Todos sabem esta realidade, todos dizem querer modificá-la, mas *quem* faz algo para que tais determinismos não sucedam?

Intencionalmente, e não só, tem-se chegado quase sempre à conclusão de que investir em prevenção primária, em qualquer fenómeno, acaba sempre por «*sair mais barato*» do que tomar medidas em cima da hora e por vezes urgentemente, logo mais onerosas.

Situação algo angustiante para quem exerce as acções e contacta com o real no dia-a-dia; situação «*ultrapassável*» para quem «*gere*» no todo e poucas vezes nas partes.

## RESUMO

*Na primeira parte do trabalho são dados alguns dos pressupostos teórico-práticos que levaram ao desenvolvimento do Plano de Prevenção Primária da Toxicodependência no Meio Escolar (Zona Sul). As dificuldades de operar num campo complexo, como o da instituição escolar portuguesa, foram gerando a necessidade de alterações e adaptações sucessivas do modelo teórico inicial.*

*Na segunda parte parece-nos possível inferir a necessidade duma intensificação e/ou reformulação do modo de abordagem da problemática da droga junto da população juvenil integrada a nível escolar. De notar, no entanto, que essa abordagem só parece fazer sentido se for complementada com toda uma programação mais vasta e mais genérica onde a temática relativa às drogas esteja inserida mas não constitua o exclusivo.*